

AUDIÊNCIA PÚBLICA ARSESP

001/2012 – ETAPA 2 - LINS

06/03/2012

AUDIÊNCIA PÚBLICA ARSESP

001/2012 – LINS - 06/03/2012

A SRA. CINTIA MORI – Boa tarde senhoras e senhores. É com satisfação que a ARSESP, Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo, recebe os senhores presentes para participação da Audiência Pública nº 001/2012, na sua 2ª. Etapa, a 1ª. Foi realizada em São José dos Campos, dia 29 último.

A audiência pública é convocada pela Diretoria da ARSESP e destina-se a recolher subsídios e informações junto à sociedade, para as matérias em análise na Agência. Visa também dar oportunidade de manifestação verbal aos interessados nos processos decisórios que impliquem afetação de direitos dos agentes econômicos dos setores de Energia e de Saneamento, dos usuários, consumidores e demais interessados da sociedade, conforme dispõe a Lei Complementar Nº 1.025, de 7 /12/ 2007, que criou a ARSESP.

Esta audiência pública foi convocada com a finalidade de obter subsídios e informações adicionais para o aprimoramento do ato regulamentar, a ser expedido, que estabelecerá a metodologia a ser utilizada no processo de revisão tarifária da SABESP.

A Sra. Fernanda Meirelles Ferreira, Diretora de Relações Institucionais da ARSESP presidirá esta audiência pública, cabendo-lhe decidir, conclusivamente, as questões de ordem e as reclamações sobre os procedimentos adotados na audiência.

A Presidente da audiência e demais integrantes da Mesa poderão fazer perguntas aos depoentes para a obtenção de esclarecimentos adicionais.

Todos os depoimentos serão registrados por meio eletrônico, de forma a preservar a integridade de seus conteúdos e a permitir o máximo aproveitamento como subsídios à conclusão do processo de regulamentação.

Pedimos a gentileza de desligarem os telefones celulares para o conforto e a segurança de todos. E caso alguém tenha algum recado emergencial, deixe com alguém da nossa recepção que nós enviaremos depois o recado.

Compõe então, a Mesa desta audiência pública a Sra. Fernanda Meirelles Ferreira, Diretora de Relações Institucionais da ARSESP, o Sr Hugo de Oliveira, Diretor de Regulação Econômico-Financeira e de Mercados da ARSESP, O Sr. Waldemar Sândali Casadei, Prefeito do Município de Lins.

Com a palavra, a Sra. Fernanda, Presidente desta audiência pública, que na sequência passará a palavra ao Dr. Hugo e também ao Prefeito Waldemar Casadei.

A SRA. PRESIDENTE FERNANDA MEIRELLES FERREIRA – Olá, boa tarde a todos. Muito obrigada pela presença nesta audiência que pretende discutir a metodologia para a revisão tarifária da SABESP.

É um prazer estar aqui em Lins. Nós optamos por não restringir a audiência Pública à Capital, estamos fazendo duas audiências públicas fora da Capital. Uma foi em São José dos Campos e outra hoje aqui em Lins, como não poderia deixar de ser.

Uma discussão mais aprofundada sobre a própria metodologia de revisão que é o objeto desta Audiência a gente vai ter em seguida. Eu queria inicialmente, se pudesse colocar Rose ou Silvia, fazer uma breve apresentação sobre a própria ARSESP.

A ARSESP é uma Agência Reguladora que com este nome existe desde 2007, mas ela precede, ela data de 98 quando foi criada a Comissão de Serviços Públicos de Energia, a CSPE e era uma Agência que já regulava os serviços de Gás e Energia Elétrica. Então hoje, quando a Lei Federal 1025 determinou que existisse um órgão regulador para os serviços de Saneamento o Governo do Estado optou por dar essa atribuição a uma Agência pré existe que foi a CSPE transformada em ARSESP.

Isso foi algo muito rico para a gente porque não foi uma Agência que começou do zero, ela herdou uma experiência muito bem sucedida da regulação de Gás e Energia Elétrica que vinha sendo tocada pela CSPE.

Na área de Gás essa é uma competência estadual, nós atuamos diretamente, na área de Energia Elétrica nós temos um convênio com a ANEEL que descentraliza as atividades de fiscalização. A regulação continua centralizada na ANEEL, inclusive tarifária. E na área de Saneamento, no caso dos serviços isolados nós temos um convênio com os municípios.

Quer dizer, os municípios fazem um convênio com o Estado de São Paulo, aqueles que assim o desejarem e transferem para a ARSESP as funções de regulação e fiscalização dos serviços municipais.

A ARSESP está estruturada dessa forma que está aqui no slide. São cinco Diretorias, três setoriais, uma de Energia, uma de Gás e uma de Saneamento e outras duas Diretorias multissetoriais que é a Diretoria de Relações Institucionais e a Diretoria Econômico-Financeira. É um órgão que decide colegiadamente, é a última instância da ARSESP é um colegiado o que permite a troca de experiências e um debate bastante rico.

Um dos principais objetivos da ARSESP é assegurar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos e a busca pela permanente melhoria da qualidade e universalização dos serviços. O grande desafio de qualquer Agência reguladora é achar este equilíbrio entre uma concessionária sustentável, um serviço que se expanda e que englobe investimentos e que ao mesmo tempo seja acessível para a população, tenha um custo módico.

Na área de Energia a nossa atuação é de fiscalização de 14 concessionárias, 12 permissionárias atingindo mais de 15 milhões de usuários e também fazemos a fiscalização das chamadas PCTs e PCHs, as pequenas Centrais Hidrelétricas e Termoelétricas. Essa é a nossa atuação na área de Elétrica.

Em Gás canalizado são três concessionárias no Estado, mais de um milhão de usuários. Teve um aumento grande. Essas são as três concessionárias de gás que nós regulamos e fiscalizamos. Diferente da área de Energia, no Gás nós também fazemos a regulação desses serviços criando normas de qualidade e expansão.

E na área de Saneamento, hoje nós temos 225 municípios com convênios com o Estado de São Paulo. Os municípios da Região Metropolitana, a ARSESP hoje não

fiscaliza somente a SABESP, nós temos duas concessionárias privadas cujos municípios também transferiram à ARSESP a fiscalização e regulação. Estima-se em 16 milhões de usuários sobre regulação e fiscalização da ARSESP.

Como eu falei, a gente passa rapidamente, nós temos um convênio para nos dar autoridade de fiscalizador e regulador e as normas da execução do serviço em si, as regras de execução dos serviços tem como base o contrato que o município de Lins fez diretamente com a SABESP, assim como os outros municípios fazem diretamente com o prestador seja a SABESP ou não.

Os focos de atuação da nossa área de Saneamento a gente pode dividir em quatro frentes. Uma é a de fiscalização, fazemos fiscalizações pontuais, permanentes, periódicas além das fiscalizações comerciais que tem foco na parte de atendimento. A outra frente é a de regulação, é a elaboração de normas para estes serviços, como é que vai ser regulamentada a relação dela com os usuários, quais os critérios, quais os parâmetros. O que se aceita, qual a qualidade que a gente quer.

A terceira frente é a parte de tarifa e é por ela que nós estamos aqui hoje, a regulamentação tarifária, econômico-financeira, e a quarta de atendimento ao usuário. A ARSESP tem um serviço de atendimento ao usuário que não conseguiu, àquele usuário que não conseguiu resolver o seu problema diretamente com a concessionária, ele pode trazer a questão para a análise da ARSESP.

Temos canais de atendimento, esses números aqui 98273 atendimentos no ano de 2011. Esses são os municípios em que nós atuamos, e esses são os nossos contatos, o meu contato especialmente.

A ARSESP está totalmente à disposição de qualquer um dos senhores e estamos de fato hoje aqui querendo receber contribuições, ouvir manifestações e principalmente mostrar qual é o estágio que nós estamos no processo de revisão tarifária. Este é um momento bastante importante para a ARSESP do qual a gente tem muito orgulho, muito carinho porque é um processo longo como o Hugo vai falar em seguida, e que é um momento inédito de transparência.

Pela primeira vez um órgão externo está olhando a composição tarifária de uma prestadora de serviços de Saneamento. Eu agradeço de novo a presença de vocês, desejo

a todos nós um bom trabalho e passo a palavra para o Hugo, Diretor Econômico e Financeiro da ARSESP que é quem tem capitaneado esse processo de revisão tarifária.

(Aplausos.)

O SR. HUGO DE OLIVEIRA – Boa tarde para todos. Estamos reunidos aqui para realizar a segunda das audiências Públicas previstas para o primeiro processo de revisão tarifária da SABESP.

Antes de apresentarmos a nota técnica, vai ser apresentada uma nota técnica que fundamenta uma metodologia que vamos empregar para realizar esta revisão. Mas eu gostaria de explicar antes brevemente para todos em que consiste este processo. A razão de ser e em que consiste este processo.

Primeiro dizer que o processo de revisão decorre, é uma das consequências da Lei 11445 que foi decretada em 2007 e regulamenta o setor de Saneamento como um todo. É a nova ordem institucional, legal do setor.

A Lei, esta Lei 11445 prevê que os serviços sejam prestados pelo custo que tem como principal instrumento para delegação da prestação o contrato programa. Segundo a Lei, este contrato programa deve ser revisto periodicamente tendo como propósito garantir o equilíbrio econômico-financeiro entre as partes. Este é um dispositivo legal.

Basta observar que a grande maioria dos contratos de programa da SABESP, boa parte deles, boa safra, foram assinados no início, final de 2007, início 2008. Nele foi mantida a estrutura tarifária em vigor no momento em cada município e foram assumidos compromissos relacionados à meta de atendimento e também há indicadores de desempenho e qualidade do produto.

Dado que já transcorreu certo período, é chegado o momento de fazer a revisão destes contratos. Este é o objeto nosso, por isso estamos aqui.

Um contrato pode ser considerado equilibrado quando a Receita auferida pela prestação de serviços cobrem os custos da prestação. E nesse caso eles incluem operação, manutenção, os investimentos necessários para a expansão dos serviços dentro de uma trajetória para a universalização que é uma das metas de Governo e dos municípios, bem como uma justa remuneração pelos ativos que são empregados na prestação destes serviços. Então, um contrato para ter equilíbrio precisa ter renda, receita, que atenda a todos estes requisitos, este é o conceito de equilíbrio.

Desta forma a revisão consiste em verificar se esse equilíbrio prevaleceu no ciclo tarifário anterior, se foi observada durante a vigência do ciclo, se ela se mantém ou se é alterado. Neste momento não vamos analisar tudo e verificar se o equilíbrio é estável ou dada determinadas condições socioeconômicas previstas para estas comunidades operadas pela concessionária, se deve alterar as condições de equilíbrio.

No processo de revisão são ou devem ser estabelecidos dois elementos fundamentais e regulamentados estes elementos. Primeiro, quais os custos que devem ser incluídos na tarifa ou que consideramos, vamos explicar posteriormente, o Amaury vai explicar o P zero. O que deve incluir e quais os custos que devem ser incluídos.

Segundo a forma como estes custos, o segundo elemento, a fórmula como este custo deve ser distribuído entre os consumidores, os usuários e entre as comunidades. Quer dizer, esta é a função do estabelecimento da revisão, estabelecer esses elementos, definir a regulamentação para estes elementos.

O atual regime tarifário da SABESP é baseado em custos históricos, é um regime de custos históricos combinado com uma estrutura tarifária que utiliza subsídio cruzado entre consumidores e entre comunidades. Este regime vem vigorando há mais de 30 anos no Estado de São Paulo e tem possibilitado um ciclo da expansão do serviço que levou praticamente à universalização do serviço de água, de abastecimento de água, uma cobertura relativamente alta quando comparado com o resto do país de coleta de esgoto e um baixo, um nível relativamente modesto de cobertura de tratamento e disposição final de esgoto.

Quer dizer, é um êxito, um modelo que tem certo êxito, êxito relativo, mas apresenta notoriamente sinais de esgotamento. Ele não tem a capacidade de alcançar os desafios da universalização particularmente referente ao tratamento de esgoto.

Então é uma constatação, uma necessidade, uma mudança. Só que esta mudança não pode ser feita de forma abrupta, mas de forma gradual principalmente nos critérios de custo entre usuários e entre comunidades, o que nós consideramos, o que nós chamamos subsídio cruzado. Então, esta é uma situação bastante delicada e deve ser feita com cautela.

Quer dizer, primeiro, a revisão dos contratos não pode ser feita a nível individual de cada contrato. Há uma dificuldade porque os contratos estão praticamente atados. Eu só posso equilibrar um contrato ou um grupo de contrato de municípios se equilibrar a posição financeira da concessionária, portanto, a individualização da revisão é uma tarefa que não pode ser alcançada nesse ciclo.

Tendo em conta todas estas circunstâncias a ARSESP vem trabalhando há mais ou menos um ano para estruturar uma proposta que possa ser implementada em etapas. E esta primeira etapa deste desenho desta etapa que nós vamos apresentar aqui de forma detalhada nesta audiência através da nota técnica que é o que vai ser apresentado possivelmente pelo Amaury Fontenele.

Nesta etapa nós estamos propondo fazer uma revisão de todos os contratos da SABESP de forma conjunta, não individualizada, mas conjunta. Estamos propondo também modificar o regime tarifário de custo histórico da SABESP que se apresenta na área de (ininteligível) por um regime mais moderno de preços máximos que nele estamos incluindo um sistema de incentivos à eficiência de custos e também um sistema de incentivos à melhoria da qualidade de prestação em si.

Do ponto de vista do estabelecimento do P zero, nós vamos definir uma mudança mais ou menos objetiva. Com relação à distribuição dos custos entre os usuários que afeta um pouco o bolso da comunidade e também afeta o equilíbrio de forma geral, nós estamos propondo uma maior focalização do subsídio cruzado entre os consumidores e uma focalização mais regional do subsídio cruzado entre as comunidades. Esta é uma proposta que dá, é uma proposta de preço, não é uma proposta de forma radical, mas ela dá base que no próximo ciclo nós poderemos alcançar a revisão de forma individual de cada contrato.

Finalmente, depois desta fase de revisão de todos os elementos que compõem tanto o preço inicial contratual a nível da concessionária como os elementos da fórmula

de custo nós vamos analisar o impacto em termos do aumento ou diminuição da fatura dos serviços a nível de cada consumidor, praticamente de como vai impactar no consumidor estas transformações.

E por último, eu gostaria de informar que todas as regras que vão ser estabelecidas neste processo agora, vão ser editadas na forma de um regulamento tarifário para que no futuro a gente possa tanto a população, o consumidor, a concessionária verificar se estas regras estão sendo seguidas.

Estes esclarecimentos são fundamentais para entender o contexto deste processo que nós estamos realizando pela primeira vez no Estado de São Paulo. Muito obrigado.

(Aplausos.)

A SRA. PRESIDENTE FERNANDA MEIRELLES FERREIRA – Eu passo agora a palavra para o Prefeito Casadei agradecendo demais a acolhida aqui em Lins desta audiência pública. Não é só uma questão de estarmos presente aqui neste espaço, mas de fato a gente teve uma colaboração muito grande da sua equipe.

Eu nomeio o Nelson que foi um excelente contato e organizador deste evento de hoje, também da Câmara de Vereadores que apoiaram muito a nossa presença, especialmente o Dr. Edgar, Presidente da Câmara e a Valquíria Barbosa, Chefe de Gabinete.

Muito obrigado por sua presença, por sua disponibilidade de estar aqui discutindo esse assunto com a gente, Prefeito.

O SR. WALDEMAR CASADEI – Obrigado a todos. Para mim é uma satisfação, uma honra muito grande poder estar recebendo hoje aqui em nosso município os Diretores, Técnicos da ARSESP, Técnicos também da SABESP e o

restante de elementos políticos ou da nossa sociedade que estão participando desta reunião.

A área de saneamento é para mim uma área muito especial. Eu sou engenheiro civil especializado na área de recursos hídricos e saneamento. Então há muitos anos, porque eu sou formado há 54 anos, trabalho com saneamento.

Eu fui eleito a primeira vez aqui em Lins em 1976, no ano seguinte a que a Prefeitura havia conveniado com a SABESP o serviço de saneamento aqui de Lins. Naquela época o nosso saneamento era desastroso, tanto que o prefeito que me antecedeu achou a única solução se livrar do saneamento, não ter responsabilidade e passar esta responsabilidade para a SABESP e foi assinado então, o contrato em 1975, foi o contrato assinado entre a SABESP e o Município de Lins.

Eu fui eleito em 76, no ano seguinte e tive a oportunidade durante seis anos, eu fui Prefeito por seis anos naquela ocasião, até 82, tive a oportunidade de acompanhar dia-a-dia o trabalho da SABESP e passei a apreciar entusiasticamente a maneira como a SABESP conduzia as situações aqui em Lins. O meu contato com o então Superintendente que era o Leonardo Barbirato era diário.

E aí então nós fazíamos tudo o que era necessário. Depois eu saí da Prefeitura e fui trabalhar com o Montoro. Ele me chamou no Governo Montoro e eu fui para a Superintendência do Departamento de Água e Energia Elétrica, DAEE. Lá como elemento do Departamento eu participei do Conselho de Administração da SABESP. Ou seja, acompanhava diariamente o trabalho da SABESP.

Depois, no Governo Covas eu fui Secretário Adjunto de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras e a SABESP era um dos órgãos desta nossa Secretaria. Então eu estive sempre ligado à SABESP, ao seu trabalho.

Por isso, quando me elegi em 2004, nas vésperas do término do contrato, o contrato era de 30 anos, ele foi assinado em 75, estava vencendo em 2005 e eu fui eleito em 2004 aqui. Então em 2005 passei o ano inteiro, foi no final de 2005 que terminou o contrato e começamos uma discussão com a SABESP porque havia algumas coisas que nós tínhamos que entrar em um acordo.

Passei o ano de 2006 o ano inteiro discutindo com a SABESP e entramos em um acordo e fomos o primeiro município a assinar a renovação de contrato com a SABESP no começo de 2007. O Governador era o Serra e ele fez questão, ele tinha assumido em janeiro daquele ano e fez questão de vir aqui em Lins participar nesta sala aqui, da assinatura do novo contrato nosso com a SABESP.

Então, isto tudo aconteceu e eu fiz questão de que fosse desta maneira porque efetivamente eu acreditava, sempre acreditei e continuo acreditando, elogiando e me encantando com o trabalho excelente da SABESP que tem feito no nosso município.

Então, só para vocês terem uma ideia rápida, do que foi aquela discussão e quais os pontos principais que nós acertamos naquela ocasião em 2006, eu fiz aqui uma pequena apresentação, posso controlar daqui, como é que muda?

Então, o acordo existente entre a Prefeitura de Lins e a SABESP. São alguns poucos itens, demoraram para ser discutidos, mas eu vou colocar aqui agora. A Tarifa Social. Esta é uma tarifa que a SABESP já tinha, então mantivemos essa tarifa social e temos hoje 2052 imóveis beneficiados, ou seja, 8,46% dos consumidores da SABESP.

Criamos uma tarifa social especial, da discussão da Prefeitura com a ABESP surgiu essa tarifa social especial, porque apesar de ter aquela tarifa social com um desconto bastante grande, acho que da ordem de 66%, tinha ainda um seguimento da população que tinha dificuldade de assumir e pagar as despesas com água e esgoto. Então discutimos e conseguimos chegar a um acordo de uma tarifa com 20% de desconto em uma tarifa normal.

Isso a gente aplicou e até hoje está sendo aplicado para residências com até 100 metros quadrados de construção. Com isso nós temos seis mil imóveis beneficiados. Foi excelente para a população. Claro, 24,8% da população gozam dessa tarifa social especial que até hoje funciona.

Com a Prefeitura acertamos também a tarifa especial, 50% inferior à tarifa normal e isso tem acontecido mensalmente sem nenhum problema também. E os reajustes foram feitos sempre de acordo com a inflação e mediante aprovação da Prefeitura. Isto tem sido feito sem nenhum problema através de discussão, análise, apresentação de estudos por parte da SABESP e a Prefeitura concorda, aceita e nós

estamos caminhando desta maneira. E veja que o resultado financeiro segundo fui informado, em 2010 o resultado financeiro da SABESP foi um superávit de três milhões e 200 mil reais, sinal que as contas estavam satisfatoriamente colocadas e distribuídas.

Enfim, eu acho que diante disso, eu gostaria agora efetivamente de cumprimentar Diretores e Técnicos da ARSESP e claro, SABESP por terem trazido esta discussão aqui para a sociedade. Esta forma democrática, correta e competente de fazer regulação. Isto é, discutindo entre concessionária, concedente e a sociedade que usufrui destes serviços.

Vocês estão de parabéns por terem iniciado este processo desta maneira e espero que tudo corra perfeitamente bem, não tenho dúvidas de que estaremos sempre juntos trabalhando nisso e a Prefeitura está sempre aberta a discutir qualquer tipo de problema. Seja aqui em Lins, seja lá na Capital com vocês. Muito obrigado a todos e parabéns.

(Aplausos.)

A SRA. CINTIA MORI – Antes de chamar o Amaury que vai fazer a apresentação, eu gostaria de registrar a presença do Vereador José Gomes e de representantes da Prefeitura de Lins, da SME, Macro Consult, representante da comunidade, ABCEL, SABESP e também ARSESP.

Vamos lá Amaury. O Sr. José Amaury Teles Fontenele fará a apresentação da proposta da ARSESP com tempo previsto de 60 minutos. Agora convidamos a todos a tomarem lugar na frente do auditório para facilitar o acompanhamento da apresentação do Amaury.

O SR. JOSÉ AMAURY TELES FONTENELE – Boa tarde a todos. Nós estamos aqui após este belo depoimento do Dr. Casadei, o belo currículo apresentado. Nós vamos entrar aqui, um pouco mais técnico, com algum grau de complexidade, mas

que é necessário para que a gente entenda, aprofunde um pouco mais este processo de composição das tarifas da SABESP, objeto desta revisão tarifária.

A nossa apresentação está composta, é uma apresentação relativamente longa e infelizmente não tem outro jeito, tem uma caracterização geral. Depois nós vamos apresentar o mecanismo de determinação deste preço P zero que é o preço de equilíbrio que o Hugo se referiu. Vamos analisar cada um dos componentes que entram neste preço P zero, discutir um pouco a questão do fator de eficiência, dos mecanismos de estímulo de incentivo da SABESP, a busca de cada vez maior eficiência.

A questão dos impostos que são custos compulsórios impostos pelo setor público, o equilíbrio financeiro da concessionária, os custos não controláveis, os custos que a empresa não tem controle sobre eles. Algumas atividades reguladas também exercidas pela concessionária, os mecanismos de qualidade de serviços que nós vamos introduzir para garantir esta qualidade.

As regras para o ajuste anual porque você fixa um preço inicial e anualmente você ajusta em função das circunstâncias ocorridas ao longo do ano. As diretrizes para a estrutura tarifária, como distribuir essa carga tarifária entre os usuários e municípios e os mecanismos de revisão extraordinária que a gente tem para reequilibrar o contrato quando acontece algum abalo fora de controle.

O regime regulatório que a ARSESP está propondo, quer dizer, diferentemente do atual que é um regime histórico, é um regime denominado com o mecanismo de preços máximos para os custos controlados com transferências diretas, transferências de custo para o componente de custos não controláveis.

Esses custos controláveis estão submetidos ao regime de controle deste custo tem um preço máximo estabelecido e um sistema de incentivo sobre a evolução desse preço máximo. Este sistema de incentivo é composto de uma parte que é chamado fator de eficiência que se destina à transferência de ganhos de produtividade preestabelecido pela reguladora para o usuário ao longo do processo via redução de tarifa.

Então todo ano você tem uma parcela de ganho de produtividade que a empresa se compromete a transferir para o usuário via redução de tarifa.

Outro fator de qualidade que também é um mecanismo para estimular que a empresa garanta uma qualidade cada vez melhor para os serviços. Por isso ela terá um estímulo ou uma penalização no caso.

Os custos não controláveis são repassados para os usuários de forma direta. Nós vamos detalhar mais à frente os mecanismos que a gente utiliza para isso. E esse sistema tem os mecanismos de revisões extraordinárias que são mecanismos destinados a reequilibrar os contratos sempre que algum acontecimento imprevisto abale o equilíbrio desse contrato.

A questão da data das revisões o Hugo já colocou muito bem que nós temos a questão de cada contrato tem uma data diferente que em um primeiro momento é muito, criaria uma dificuldade muito grande tanto para a ARSESP quanto para a própria concessionária, você fazer uma revisão individualizada de cada um dos contratos. Se você chegar a imaginar, hoje nós temos 200 e poucos contratos que é um número que está crescendo rapidamente.

A SABESP tem um número bem, quase o dobro de municípios, se você imaginar 400 municípios você teria quase 100 revisões por ano. Então é um número que dificilmente você consegue viabilizar dado que você tem um prazo de pelo menos, superior a um ano. Quase dois anos para efetuar cada uma das revisões.

Então, em um primeiro momento a nossa proposta é unificar as datas da revisão que é essa revisão atual que estamos propondo, é uma revisão conjunta para todos os municípios para os quais a SABESP presta serviço, está certo? Então faria uma revisão conjunta onde você realizaria o equilíbrio financeiro da concessionária como um todo e não de cada contrato individualmente.

É claro que você teria o diagnóstico de que contratos estão com superávit ou com déficit, mas a primeira preocupação seria o equilíbrio da sociedade como um todo. Até mesmo porque esse mecanismo de subsídios cruzados e regionais como o Hugo colocou, para desarmar isso você tem um tempo de evolução e as coisas precisam caminhar gradualmente.

A duração do ciclo tarifário por sua vez, os contratos preveem um prazo menor, mas o que nós estamos propondo, esta duração é importante porque é o período

de planejamento que você vai fazer. Eu estou planejando hoje para os próximos “x” anos, para o próximo ciclo tarifário e todas as regras vão ser estabelecidas para vigorar neste ciclo tarifário, está certo? Então você, quando você, este período é muito curto você pode criar alguns estímulos perverso com a empresa e nela aprender a focalizar muito no curto prazo. Quando a própria natureza do serviço de saneamento requer um horizonte maior de planejamento.

Então, atualmente as decisões regulatórias têm sido voltadas para ciclos mais longos. Estes ciclos mais longos visam proporcionar para a empresa um horizonte de planejamento mais longo evitando essa priorização de curto prazo, melhor adaptação com o tempo necessário para a preparação, elaboração e implantação das revisões tarifárias e visam também minorar os custos dessas próprias revisões. Custos de transição dessas próprias revisões.

Em função disso o ciclo que a ARSESP está propondo é o ciclo de pelo menos cinco anos. Então teria um prazo de cinco anos para você estabelecer as regras a vigorar pelos próximos cinco anos.

Vamos agora analisar um pouco a questão para determinação deste preço máximo, este preço de equilíbrio, esse P zero que é segundo este novo modelo, você determina um P zero inicial e uma regra e uma atualização deste P zero ao longo dos cinco anos, ao longo do ciclo tarifário.

Esse preço máximo é determinado, a proposta é que ele seja determinado através de uma metodologia de fluxo de caixa descontado que é uma metodologia amplamente utilizada nos setores de serviços públicos tanto no Brasil quanto no exterior que é uma metodologia consagrada nesse meio e garante a sustentabilidade econômico-financeira da empresa, da concessionária.

A gente vai, a determinação desse preço envolve uma fórmula relativamente complexa, se a gente olha essa expressão algébrica dela, nós vamos em primeiro lugar mostrar um tipo de fluxo para ilustrar como seria determinado esse preço máximo através de um fluxo de caixa sintético que seria esse mecanismo de fluxo de caixa descontado.

A gente tem aqui um fluxo de caixa descontado onde nós temos aqui as entradas que seria a receita operacional naquela linha, as saídas que são os componentes que vão ser incluídos na determinação deste P zero. Quer dizer, o que você vai estabelecer nesse preço máximo, o que compõe esse preço máximo.

Inicialmente aqui no item um, nós temos os gastos operacionais da empresa que incluem toda parte operacional de manutenção, administrativa e comercial que a empresa necessita para prestar este serviço. A gente tem seguro dos impostos sobre o resultado. Aqui você tem Imposto de Renda sobre Contribuição Social.

Em terceiro lugar você tem os investimentos e uma variação de capital circulante. Este fluxo aqui está para o horizonte de cinco anos que é o ciclo tarifário. A gente, alguns elementos aqui a gente tem o ano zero e esta primeira coluna é o valor presente que é uma medida das projeções durante todo o fluxo. Você traz essas projeções a valor presente para se tornar as coisas comparáveis e esses componentes determinam o P zero.

Aqui nós temos o seguinte, com relação aos investimentos, a gente tem uma primeira componente que é chamada base de ativos ou a base de remuneração regulatória líquida, esse é o nome mais técnico, do existente no início do ciclo tarifário.

Então se você hoje, você vai ter o primeiro ano do ciclo tarifário, mas você tem um sistema que está em funcionamento cujos investimentos foram realizados no passado, as decisões já foram tomadas, você não tem nenhuma influência sobre isso, mas é preciso considerar o valor desses investimentos porque eles vão prestar serviços durante o período do ciclo tarifário para o qual nós vamos estabelecer as regras.

Então, a primeira coisa que você tem é essa base de ativo, você tem uma base inicial que é a base existente e que você precisa avaliar essa base de ativo com critérios econômicos de valor de mercado e no final você, aqui no vermelho você iria deduzir, essa base vai ter uma evolução ao longo dos anos, ela vai ser acrescida em função de novos investimentos e vai ser decrescida em função de depreciações.

Ou seja, da vida útil do sistema e no final sobra um saldo que vai prestar serviço no período com subsequente. Então este saldo vai ser deduzido em toda base inicial que você ampliou nessa base e o que sobrou para o período seguinte você deduz.

E os ativos fixos que são os investimentos que você vai realizar, que na verdade vão ser elementos que compõe a evolução dessa base, aqui no item ativo fixo. Além disso, as variações de capital circulante na medida em que a empresa cresce ela precisa de repente de mais estoque, mais disponibilidade monetária para fazer a coisa girar.

O P zero é calculado pelo valor presente desse total dessas saídas dividido pelo valor presente dos volumes faturados. Esse volume aqui é a demanda, a sua demanda que você projetou para o período tarifário, você traz o valor presente, é o valor faturado de todo serviço água e esgoto que você prestou. Então a relação entre o total de saídas a nível de valor presente e o volume faturado te dá o valor do P zero.

Então esse P zero multiplicado anualmente por cada um dos volumes te dá esse fluxo de receita das entradas iniciais aqui. E o valor presente do saldo das receitas menos os custos, obviamente por definição é zero.

Então o P zero é aquele que gera o valor do fluxo ao longo dos cinco anos. Ele é descontado a uma taxa anual que é a taxa de rentabilidade aprovada para a concessionária durante o ciclo tarifado. É o chamado custo médio ponderado de capital. Então ao dar zero significa que você está obtendo uma rentabilidade igual a esse custo médio ponderado de capital que foi autorizado para a empresa.

Essa forma, quer dizer, como tem algumas interações entre os componentes dessa fórmula, por exemplo, o cálculo do Imposto de Renda depende da Receita e a Receita depende do cálculo do Imposto de Renda, então ela assume uma expressão um pouco complexa que está aqui e que nós não vamos nos deter nisso, mas é a fórmula de cálculo algébrico de saída que é este componente, onde esse “w” que aparece aqui é a alíquota de Imposto de Renda que você vai utilizar para esta fórmula.

Aqui tem todos os componentes. Depois a gente pode disponibilizar esta apresentação se alguém quiser aprofundar mais. Mesmo porque está na nota técnica que está no site toda esta discussão.

Bom, vamos começar a questão, na fórmula aqui você tem todos os custos no numerador e no denominador você tem a demanda que é aquilo que eu falei que você

divide o custo total pela demanda. Então aqui vamos começar a comentar um pouco a questão dessas demandas.

O equilíbrio econômico-financeiro terá como base a demanda projetada. A primeira coisa que você faz no planejamento da empresa para o próximo ciclo é projetar esta demanda. Qual a magnitude do serviço que eu devo prestar? O serviço de água, esgoto, então eu preciso projetar essa demanda para o ciclo tarifário. Então você vai projetar a demanda para água, depois a demanda para esgoto e desagregar essas projeções com base em alguns componentes.

Você vai desagregar aqui categorias de usuários, em grandes categorias, você não precisa entrar no nível de detalhe muito minucioso, em grandes categorias de usuários, para cada uma dessas categorias você vai projetar a quantidade de usuários, isso ano a ano, representada pelo número de ligações e o número de economia ou domicílios que você vai atender, e vai projetar os níveis de consumo. Os volumes que essa demanda vai exigir que a empresa forneça, que são os volumes consumidos de água, os volumes coletados de esgoto, os níveis de tratamento, etc. Que resulta naquele volume faturado que você vai usar como denominador da fórmula.

Bom, definida a demanda, então resta à empresa projetar a sua oferta, como ela vai fazer para atender a esta demanda. No saneamento nós temos uma componente fundamental nessa projeção de oferta no que diz respeito à água que é o nível de perdas que é uma variável muito importante do ponto de vista operacional, é um indicador operacional muito expressivo que a empresa precisa atuar firmemente em cima deste nível de perda porque rapidamente a deterioração é muito, atinge uma velocidade muito expressiva na medida em que você se omite desses cuidados.

Esses níveis de perda a ARSESP vai estabelecer uso dos limites regulatórios para esses níveis de perdas, para a evolução deles, a SABESP vai trabalhar com essas metas do nível de perdas para o horizonte deste período tarifário.

Uma vez definido este nível de perda e conhecido o quanto você, o quanto o usuário vai consumir, você tem a necessidade de produção da empresa. Aí você vai projetar a sua oferta no nível de produção, vai dimensionar ao teu sistema e investimentos exatamente para atender essa demanda que iria gerar uma oferta que permita o atendimento desse nível de demanda.

Juntamente com isso você vai dimensionar o seu sistema de esgoto que depende desse consumo, que na verdade é o retorno disso, dimensionar o sistema de coleta e tratamento de esgoto.

Esse processo todo vai gerar um plano de negócio, a empresa apresenta para a ARSESP um plano de negócio que é a estratégia que ela está pensando dos próximos cinco anos de atendimento dessa demanda. Não só da questão de ampliação do sistema, mas na questão de um plano de desenvolvimento da empresa que tenha metas de eficiência produtiva que você vai atingir, de redução de custo quer tenha metas de qualidade de serviço e atendimento ao usuário, etc.

Toda essa problemática da empresa na prestação de serviços tem que estar substanciada nesse negócio que resulta nos valores que vão dar origem àquele episódio que a gente calculou.

Primeiro elemento que a gente discute é essa taxa de desconto que é o denominado custo de capital que você deve estabelecer, qual é o custo de capital justo que a tarifa deve remunerar a concessionária.

Esse custo de capital foi objeto de uma consulta pública que a ARSESP lançou através de uma nota técnica do começo de 2011 que estabeleceu esse custo médio de ponderado capital. Então foi definido lá qual é a metodologia que você vai utilizar um custo de capital para a SABESP. A SABESP para fazer os investimentos ela capta recursos basicamente de duas maneiras. Ela capta recursos dos acionistas ou capta recursos de financiamento.

Então os acionistas tem um tipo de custo, o chamado custo de capital próprio, o financiamento tem um custo que são os juros que você paga das entidades financiadoras. Então, dependendo do custo de cada uma dessas fontes no capital da empresa, você calcula uma média ponderada de cada um destes custos e você vai ter este custo médio ponderado de capital que vai funcionar com essa taxa de desconto, taxa de rentabilidade autorizada para a concessionária.

Aqui nós temos uma fórmula que não é a mais importante, mas que é o algoritmo de cálculo que daria para este custo ponderado de capital que é exatamente o que eu falei, uma média ponderada pela participação pelo capital próprio e capital de

terceiro. Essa consulta pública produziu, aqui é o resultado dos componentes da fórmula constante da consulta que resultou em uma taxa de rentabilidade média autorizada para a SABESP de 8,06% ao ano. Então, sobre aquela base de remuneração líquida que é composta dos investimentos, então a SABESP está autorizada a remunerar a uma taxa de 8,06% ao ano.

A outra questão é acima de que eu vou aplicar essa taxa. Então essa base de remuneração, como é que a gente obtém essa base de remuneração regulatória, que ela está sujeita aos critérios da Agência Reguladora.

Então esta base regulatória deve refletir o valor dos bens que estão prestando serviços para o setor de saneamento, está certo? Você tem um conjunto de sistemas de água e esgoto aí, elementos de composição e máquinas, equipamentos, tubulação, etc. e tudo isso foi, a base inicial foi feita, constituída ao longo do tempo, foi investimento feito no passado que muitas vezes os valores contábeis estão completamente desatualizados.

Nós tínhamos um processo inflacionário que durante muitos anos esteve muito acelerado e isso evita que você conheça esse verdadeiro valor, então é necessário que haja uma avaliação dessa plataforma de prestação de serviço existente no início do processo do ciclo tarifário.

Ele deve refletir o valor econômico dos bens, deve atender a critérios, quer dizer, não é qualquer coisa. Você precisa saber de cada bem se esse bem está em uso efetivamente na prestação de serviço, está certo?

Se esse bem tem custos módicos, tem razoabilidade dos custos, se é necessário, se está em uso e se agrega valor. Se realmente são bens que você tem o melhor custo, o mínimo custo possível, um bem essencial.

Muitas vezes a empresa, esta base está constituída de alguns ativos que não estão prestando serviços de forma efetiva. Esses ativos são excluídos dessa base. Se eventualmente a empresa tem um terreno que não tem utilidade nenhuma na prestação de serviços, esse não é considerado, não é remunerado por este custo de capital. Ele inclui também, nesta base de ativo será incluído esse capital, essa variação de capital circulante que é o estoque que você precisa ter para girar a empresa.

Então nós temos dois aspectos em relação a essa base. Primeiro é determinação desta base inicial, conhecer o valor exato e a capacidade produtiva dos investimentos que estão prestando serviços no início do ciclo tarifário. E depois a regra para atualização dessa base ao longo dos cinco anos, como ela vai evoluir.

Essa remuneração inicial, a chamada DRL Zero, ela não está sujeita às regras desse novo modelo de regulação, ela simplesmente foi feita no passado e nós vamos, como eu falei avaliar o valor justo dela no início do ciclo, levar em consideração o tempo que ela já produziu, depreciar por este período e ter só o valor líquido de depreciação no início ciclo que representa a capacidade que este sistema tem de produzir bens ainda no futuro.

A metodologia, a ARSESP também através de uma deliberação de julho do ano passado, 30/07/2010 estabeleceu uma metodologia para exatamente determinar a determinação dessa base inicial. Como essa determinação vai ser feita pela SABESP, a concessionária elabora o levantamento dessa base, mas segundo os critérios que a ARSESP estabeleceu.

Então a ARSESP vai dizer o bem que entra e o que não entra e o valor justo. Você tem que ter todos estes critérios explícitos em cima do trabalho que a SABESP desenvolver. A ARSESP com base nos próprios critérios definidos nesta deliberação, ela vai auditar e validar essa base inicial, certo? Você vai estabelecer esta base inicial com todo cuidado para evitar que ela esteja contaminada com qualquer valor que seja indevido, transferir aos usuários.

Então as principais diretrizes estabelecidas nessa deliberação foi primeiro o seguinte, que será utilizado o custo de reposição para avaliar o sistema. Então você vai lá, você tem o equipamento que está em capacidade produtiva ainda, você vai avaliar o custo de reposição deste equipamento, quanto tempo ele foi adquirido, quanto tempo ele prestou serviço já para você depreciar e ter um valor remanescente futuro. Esse custo avaliado pelo custo de reposição a valores de mercado.

Aí você vai considerar, repetindo mais uma vez, somente os ativos vinculados à prestação de serviços e vai abrir esta base por componente do sistema. O sistema de água a gente tem os bens vinculados à captação de água bruta, adução, tratamento de

água, reserva e distribuição. O sistema de esgoto a gente tem os bens da coleta, da interceptação, tratamento, distribuição final e assim por diante.

E também esta base deve atender aqueles critérios que eu estabeleci que a gente chama de investimento prudente. O critério de prudência, ou seja, ele precisa estar em uso, precisa agregar valor e precisa ter um custo razoável.

A regra algébrica aqui, matemática para essa base está dito aqui. Aqui você tem a base em qualquer ano “T”, ela é a base do ano anterior descontada das depreciações que significa o uso dessa base durante o último ano e acrescida dos investimentos que começaram a produzir esse ano, os novos investimentos, novos sistemas que entraram em operação e de um componente, uma variação de capital circulante que eventualmente seja necessário.

Essas depreciações aqui na questão do Imposto de Renda, quando a gente falava depreciação que influi no caçulo do Imposto de Renda, o critério de depreciação usada é a depreciação contábil porque é um critério fiscal que está estabelecido na legislação. Tem a legislação do Imposto de Renda que estabelece o critério.

Aqui na depreciação nós estamos preocupados, mas é com o desgaste efetivo, é a perda de capacidade produtiva do sistema. Então aqui nós temos uma depreciação que depende do valor do ativo que está em operação e da vida útil remanescente, está certo? Quanto tempo ele vai prestar serviço, quanto tempo ele já prestou serviço. Em cima disso que é o outro conceito de depreciação que é utilizada aqui nessa atualização do ativo.

Os investimentos que a gente chama de Capex, uma linguagem de Mercado, constitui um elemento fundamental que é o elemento principal da atualização desta base, são os novos investimentos. São estes novos investimentos que vão viabilizar as metas de universalização de serviço para que você tenha 100% da população atendida com água, esgoto, tratamento, etc. Então você precisa fazer estes investimentos. Então, anualmente você tem investimento que serão agregados a esta base e que são componentes muito importantes nessa atualização.

Estes investimentos, eles vão ser ao longo dos cinco anos, vai ser feito uma programação de investimento para cinco anos que vai ser acompanhada com critérios de inclusão ou exclusão ao longo desse ciclo tarifário pela reguladora.

Os critérios de inclusão na base de remuneração regulatória, aquele capex da atualização eles são definidos a priori. No início da revisão você estabelece os critérios do que entra. Para isso a SABESP precisa apresentar um plano de investimento com um nível de detalhe que nos permita capacidade de análise e identificar a pertinência de cada um destes investimentos. Se eles atendem aos critérios de prudência que nós estabelecemos, se estão vinculados às metas que estão na projeção de demanda, e assim por diante.

Então ela precisa apresentar isso aí em detalhes, precisa observar os critérios de inclusão e pelo menos para os grandes, os investimentos de grande impacto, aqueles maiores a ARSESP está exigindo um estudo econômico, de viabilidade econômica desses componentes, está certo?

Aí a ARSESP com este plano na mão, a ARSESP vai analisar esse investimento e vai validar o investimento e aprovar para fins de inclusão nesse cálculo do P zero.

No final do ciclo você aprovou o ciclo de investimento durante cinco anos, em cima deste plano de investimento você calculou um preço inicial e a SABESP foi autorizada a praticar esse preço inicial que ela vai utilizando ao longo do ciclo.

No final do ciclo você vai fazer uma avaliação sobre o que aconteceu entre a execução e o que foi planejado. Então você vai avaliar se a SABESP cumpriu com as suas responsabilidades, mereceu aquele preço que você autorizou, os desvios que aconteceram, etc.

Então você tem uma verificação dos investimentos efetivamente realizados na sua eficiência, se foi eficiência, prudência identificando causa de eventuais desvios. Você vai apurar as diferenças, os valores e identificar as causas e consequências. Se as diferenças observadas ocorreram em função de não cumprimento das metas. Ela pode ter deixado de investir e não cumpriu as metas que estavam, estabelecidas no plano tarifário, apesar de estar praticando uma tarifa autorizada para isso.

Se foi questão de ineficiência na execução dos investimentos que provocou os desvios, se foi erro de estimativa original. Se na época que você fez o planejamento, se de repente foi algum investimento excepcional cuja necessidade aflorou ao longo do ciclo tarifário. Ou por qualquer razão houve a necessidade de se fazer um investimento, então isso pode ter provocado um desvio com justa razão.

O mecanismo de correção ele é que vai ser, ao final do ciclo você vai fazer a avaliação e vai estabelecer um mecanismo cuja efetividade vai acontecer no ciclo seguinte. Quer dizer, se a operadora não cumpriu as metas, realizou investimentos menores e não cumpriu as metas, então você vai identificar durante o ciclo tarifário quais os benefícios que ela teve por isso. Se ela conseguiu um excedente de receita porque os investimentos que estavam no P zero eram maiores do que ela efetivamente realizou.

Esse diferencial vai ser devolvido ao usuário no ciclo seguinte, está certo? Na medida em que você obteve benefícios indevidos você ajusta para o ciclo seguinte. Pode também ter acontecido dela ter cumprido as metas com investimentos menores, você tinha um investimento maior, foi mais eficiente. Nesse caso nós estamos propondo manter esse ganho dela até o final do ciclo e no ciclo seguinte você ajusta a base em função dos investimentos efetivamente realizados.

Como estímulo você deixa até o final do ciclo, já que ela atingiu as metas com valores menores e serviria como estímulo. Se os valores forem superiores, você não reconhece. Eles não estão no P zero e não vão ser incorporados a nenhuma compensação no período seguinte porque ela realizou investimentos acima, para cumprir as metas realizou investimentos com valores acima dos previstos.

Estas questões dos investimentos não planejados quer dizer, se são investimentos facilmente identificáveis e necessários em função de alguma razão justa, estes investimentos passariam a ser incorporados na base de ativos a partir do próximo ciclo.

Então são mecanismos que você vai ao final do ciclo tarifário fazer uma avaliação para que você consiga a partir daí determinar a base inicial de ativo para o ciclo seguinte. Requer todas estas correções.

Os investimentos de capital circulante a mesma coisa. Eles serão incorporados aos valores projetados e ao final você faz uma avaliação em função de parâmetros de eficiência comercial, de prestação de serviços que a SABESP estabeleceu e verifica se os valores, os desvios observados para fim de ajuste no período seguinte também.

A questão dos custos operacionais. Aqui a despesa basicamente do dia a dia pessoal, materiais, etc., dos custos que você gasta para operar o sistema e fazer o serviço chegar aos usuários. Então, estes custos operacionais, então nesse plano de negócio eles serão projetados, os custos operacionais serão projetados com base no, você analisa o comportamento histórico da SABESP, o nível de eficiência que ela vem praticando, você estabelece uma meta inicial de eficiência para o primeiro ano.

Então esses são os níveis que você vai incorporar no cálculo do P zero inicialmente. Depois você tem a questão das metas de eficiência ao longo do ciclo tarifário. Então serão estabelecidos para cada componente dessas Opex, metas de eficiência com base em empresas comparáveis. É uma técnica chamada de (ininteligível) a ser atingida no final do ciclo.

Ou seja, você tem a meta inicial e vai estabelecer uma meta para a empresa atingir no final do ciclo para cada componente e despesa. Os gastos de energia elétrica, gasto com pessoal, serviços de terceiros e assim por diante. Você estabelece metas em termos de custos unitários a serem atingidos no final do ciclo.

Com base nessas metas você vai estabelecer o chamado fator x na metodologia que é a média anual. Estas metas é o quanto você vai transferir anualmente para o usuário, o quanto você vai reduzir a tarifa anualmente, esse P zero vai ser reduzido anualmente em função desse ganho de produtividade que a empresa vai obter ao longo dos anos do ciclo tarifário. Então você vai estabelecer uma média anual em cima, comparando a meta inicial com a meta final que você precisa atingir.

Esse fator x tem toda uma metodologia para determinação do mesmo, mas a gente pode resumir que ele é composto basicamente de dois componentes a nível de meta de eficiência. Você tem a chamada meta de redução de eficiência que consiste em você estabelecer o seguinte, qual é na realidade de hoje, você pode consultar o histórico da SABESP, a evolução que ela conseguiu no passado, você pode conseguir empresas similares comparáveis, de porte comparáveis, realidade comparáveis, etc.

E você vai estabelecer nesses padrões de hoje qual é a meta que a SABESP deverá atingir no final do ciclo que é a chamada fronteira de eficiência. E também vai complementar isso pelo deslocamento dessa eficiência no tempo por razões tecnológicas.

Mesmo as empresas que são eficientes hoje continuam por razões tecnológicas melhorando este padrão de eficiência. Acumulando estes dois valores, a mudança, o deslocamento desta fronteira de eficiência e o próprio valor da fronteira você vai determinar a média anual de elevação da eficiência a ser aplicada neste fator x.

Então essa taxa média é em função dessas duas comparações inicial e final que é composto destes dois componentes de eficiência, a fronteira inicial e o deslocamento ao longo do tempo.

A determinação deste fator x, aqui também tem uma fórmula a fim de como calcular este fator x, a gente teria um preço, um P zero eficiente digamos, considerando os níveis de eficiência que a empresa vai atingir, eu calculo quanto é o P zero. Do outro lado eu calculo o preço histórico base no nível de eficiência que ela vem atuando. Obviamente este preço histórico é superior ao preço eficiente no final do ciclo.

Aí você tem uma relação aqui que você precisa determinar o valor do x que tem um componente dessa relação de tal maneira que você equilibre este relação. Essa relação é esse P zero eficiente multiplicado pelo volume, ele te dá a receita com padrão de eficiência planejada e você trás a valor presente durante o ciclo, desconta o valor inicial. Essa receita preço eficiente tem que ser igual à receita com preço histórico descontando anualmente o valor de eficiência estabelecido para fins de reajuste anual.

É um pouco complicado isso aí do ponto de vista matemático, mas é um cálculo que reflete essa filosofia que a gente está colocando aqui. Nós vamos ver, a empresa anualmente tem que reduzir a tarifa por razões de eficiência que ela está transferindo para o usuário em uma parcela deste ganho.

O mecanismo de ajuste. Então estas metas diferentes, ao final do ciclo tarifário, as metas de eficiência serão ajustadas para determinar o nível inicial do período seguinte. Então no final do ciclo você vai ver esse planejamento de eficiência, o planejamento dessas metas, o que aconteceu, não é? Você vai levar em conta a meta de

eficiência estabelecida no ciclo encerrado, você vai ver os resultados obtidos, projetados e realizados e você com base neste conhecimento vai estabelecer a meta para o próximo ciclo e assim continua.

A questão dos impostos. Os impostos você tem basicamente dois tratamentos. Os impostos sobre renda, sobre resultado, Imposto de Renda, Contribuição Social, etc. O que a gente propõe aqui é que seja utilizada a carga impositiva teórica, você tem a alíquota do Imposto de Renda, você calcula em função da base de cálculo do Imposto de Renda e ano a ano você projetou no teu fluxo de caixa o valor do Imposto de Renda. Sem nenhum mecanismo distinto ou compensação que a própria legislação possa permitir. Isso aí você vai observar ao longo do período.

E para os impostos que incidem sobre a Receita, aí você tem o COFINS, PIS, ICMS, para nossa sorte no Estado de São Paulo o serviço de Saneamento é isento do ICMS, em alguns Estados não, é pago como, por exemplo, Energia, está lá na tua conta. Mas para nós esse se limita ao PIS, COFINS e esses não incidem diretamente sobre a Receita.

Estes impostos você vai considerar um princípio de repasse direto com o usuário. Ele não entra no cálculo do P zero, o P zero está refletindo o custo do serviço. Esse aí é uma transferência em cima do faturamento que você transfere para o Governo. Então este aí estará destacado na tua conta que tem o custo do serviço e este estará na tua conta como transferência direta aos usuários.

As demais despesas fiscais que incidem sobre os insumos, serviços, etc. de contratados pela empresa, isso aí estarão dentro dos gastos operacionais e submetidos às mesmas regras de padrão de eficiência.

Para você determinar o equilíbrio financeiro da empresa, nós estamos pedindo que a empresa apresente alguns demonstrativos financeiros minimamente, o fluxo de caixa projetado durante esse ciclo tarifário, um demonstrativo de resultado que ilustre o cálculo de Imposto de Renda neste demonstrativo de resultado e o balanço patrimonial. E um conjunto de indicadores que permitam avaliar a situação financeira da empresa.

Você vai avaliar se o P zero que você autorizou realmente é aquele que equilibra, do ponto de vista financeiro qual é o impacto dele na empresa, o nível de

endividamento da empresa que quando você autorizou o custo de capital foi estabelecido um nível de endividamento, então você precisa avaliar o andamento disso. A margem sobre os juros que você está de dívida, dívida sobre a base de remuneração, quanto da sua base corresponde à dívida, fluxo de caixa retido após pagar dividendos que você, que a SABESP tem no mercado. Ela tem pagamento de dívida que nada mais é do que os custos do capital próprio.

A questão dos custos não controláveis. Quer dizer, esta questão, a SABESP hoje pratica uma regra de reajuste que é uma herança que ela vinha trabalhando e a ARSESP terminou reconhecendo isso até que houvesse a primeira revisão tarifária que é o que nós estamos fazendo agora.

Então foi adotado o critério de correção que a SABESP tinha. Esse critério ele tem alguns problemas que a gente enxerga hoje. Ele considera como custos não administráveis os custos com energia elétrica, com material de tratamento, são os produtos químicos usados no serviço e as despesas fiscais.

Então, os custos não administráveis são caracterizados primeiro o seguinte, eles precisam ter uma participação significativa. Se é um resíduo qualquer, se é um custo muito pequeno não vale a pena você dar um tratamento específico para controle deste custo. Precisa ter um peso significativo.

Além disso, ele precisa ser volátil. É um custo imprevisível, foge ao controle da empresa e ele oscila muito de tal maneira que você não tem capacidade de previsão, depende de ações que vão acontecer ao longo do ciclo, por exemplo.

Estes custos aqui não tem esta natureza. A energia, apesar de ser uma participação significativa é altamente previsível, a SABESP tem controle sobre os gastos com energia. Ela pode fazer o programa de conservação e o que ela não tem controle é sobre a tarifa de energia, digamos. Mas o custo não é só a tarifa, ela tem o consumo de energia, etc. que ela pode fazer um programa de conservação e faz parte dessas metas de eficiência. O material de tratamento, você tem os processos de tratamento mais ou menos eficientes assim por diante. As despesas fiscais normalmente você tem uma base de cálculo estável sobre isso.

Então na prática a gente acha que os custos da SABESP são predominantemente administráveis e controlados. O que a gente está reconhecendo, eu não sei controlável, mas por uma questão de transparência para o usuário é identificar na conta como repasse direto os custos do PIS/COFINS e aí informar o usuário o que ele está pagando de imposto. Isto aqui não é custo de água e esgoto, isto aqui é uma transferência sobre o faturamento que vai para o Governo.

E eventualmente você pode ter outros custos não administráveis incluindo encargos legais, contratuais, que são custos que podem diferir de município para município. A estes custos a ARSESP vai dar um tratamento específico porque para cada município você precisa atualizar a situação e esse custo tem que afetar somente aquele município para o qual ele foi estabelecido.

Atividades não reguladas. A SABESP, além do serviço de água e esgoto, tem algumas outras atividades que não tem nenhuma obrigatoriedade legal de se submeter a um critério de regulação. Aqui a gente tem mais atualmente é a Água de reuso, então, na estação de tratamento é fluente, você trata e vende água para fins menos nobres. Já é um trabalho que tem uma qualidade ambiental positiva, então você não precisa estar muito preocupado com isso, normalmente é para indústrias, para resfriamento, para outras coisas.

Então, o que a gente tem que ter é alguns princípios só para o que a empresa precisa. Essas atividades não reguladas, não podem atrapalhar as reguladas, não pode gerar nenhum ônus para as não reguladas, elas precisam preservar os princípios de eficiência locativa e produtiva estabelecidas, elas tem que evitar distorções em mercados competitivos, se ela está competindo com alguém, ela não pode ter o privilégio, usar do poder que tem a concessionária para praticar preços distorcidos.

Ela precisa da participação dos usuários de água e esgoto, de parte dos ganhos, então, ela precisa trabalhar à favor também das atividades reguladas, não pode onerar o custo de serviço regulado e devem ser excluídas do cálculo do P zero, elas não entram.

O problema aí é, para excluir essa atividade do P zero, e eu preciso conhecer os custos efetivamente incorridos na prestação dessa atividade. Esse é o problema, muitas vezes esses custos são compartilhados, você usa custos que estão misturados com os custos da prestação do serviço regulado.

A ARSESP está desenvolvendo mecanismos, está em um processo de desenvolver um sistema de contabilidade regulatória que a SABESP deverá implantar, que permitirá a apuração desses custos, a separação desses custos. Você precisa ter critérios objetivos e eficientes para separar esses custos de tal maneira para que eu possa excluí-los do cálculo da tarifa de água e esgoto. Este sistema está em desenvolvimento.

Até que se implante esse sistema, você vai usar a melhor estimativa possível que você tiver com base nas informações disponíveis da SABESP, ou ainda você pode usar a receita advinda dessa atividade como estimativa do custo da atividade e excluí-la do cálculo do P zero.

A questão da qualidade do serviço. O regime regulatório por incentivo, a gente está definindo um fator x lá que obriga a SABESP a reduzir os custos ano a ano e etc., Agora, a gente não quer que essa redução dos custos se dê comprometendo a qualidade do serviço.

A SABESP pode ser tentada a reduzir, se o estímulo é muito forte negligenciando aspectos de qualidade. A SABESP não faz isso, mas nós estamos estimando, introduzindo um mecanismo novo que a gente tem que ter a contraparte já que a qualidade civil é um fator fundamental, está em metas dos contratos de prestação de serviço, você tem metas de qualidade de serviço, do atendimento, da qualidade da água, etc. Então você precisa ter um mecanismo de estímulo, que premia a SABESP quando ela vai além e penalize quando ela está aquém dos padrões de qualidade adequados ao serviço.

Então, considerar fator de incentivo, etc. Essa variação é uma coisa nova, nós temos que ir com muito cuidado, a ARSESP está desenvolvendo esse mecanismo de qualidade, ele não vai ser implantado de início, mas ao longo do ciclo tarifário. Nós vamos estabelecer inicialmente uma margem pequena da receita de variação desta tarifa para que a gente inicie esse mecanismo de qualidade, para que a gente tenha segurança de no ciclo seguinte termos uma metodologia mais consolidada com relação a isso e saber quanto isso deve afetar do P zero nos níveis de participação do P zero para mais ou para menos.

Isso é uma coisa experimental, nova e importante que está introduzindo o mecanismo que vai priorizar as ações voltadas para a qualidade de serviço. Aqui alguns

exemplos. Para isso será estabelecido um fator de ajuste de qualidade com base em um conjunto de indicadores.

Então o conjunto de indicadores de qualidade precisam contemplar várias áreas. Você tem aspectos de qualidade técnica que envolve a qualidade da água distribuída, do esgoto tratado. Você tem aspecto de qualidade dos serviços ao usuário, interrupção do fornecimento, obstrução de rede, etc.

Qualidade comercial, o tempo médio de atendimento de reclamações, etc. Isso aqui é um exemplo para a gente dizer, nós estamos discutindo o conteúdo desse elenco de indicadores e depois com base na evolução desses indicadores você vai estabelecer um indicador geral de qualidade que vai dar origem a este fator de qualidade que você vai aplicar no ajuste tarifário para mais ou para menos como penalização ou estímulo ao comportamento da empresa.

Ajuste anual. Nós estabelecemos um P zero com base nos parâmetros iniciais para vigorar no ciclo tarifário e estabelecemos um ajuste no critério deste ajuste ano a ano. Esse P zero ano a ano vai mudar basicamente por três razões. A gente tem primeiramente o processo inflacionário. Os próprios custos da empresa estão submetidos a um processo inflacionário que você, se você pretende garantir de forma permanentemente o equilíbrio da empresa você tem que corrigir esse preço da empresa em função da inflação de custo que ela está sujeita.

Então você tem uma indexação de preço que chamado RPI que é uma sigla em inglês aqui, e nós vamos usar, estamos propondo a utilização do IPCA como indexador para estimar este componente que é um índice que não tem a ótica dos custos da empresa, mas a ótica do usuário. É um índice de preço ao consumidor. Então você tem sobre a ótica da capacidade de pagamento, você vai repor para a empresa sempre o nível de inflação observado no último exercício tarifário.

Você tem o fator de eficiência que é o fator x, esse aqui é que vai dizer os ganhos de eficiência que serão repassados aos usuários, aquilo que nós já falamos. E o fator de ajuste de qualidade que resultaria em uma fórmula desse tipo. O preço em cada ano vai ser o preço do ano anterior multiplicado por um, somado com a inflação, descontado o fator de qualidade, a transferência para o usuário.

Então, do índice inflacionário, se a inflação deu 5% e o índice de transferência anual do usuário é de dois, você vai corrigir para três aí, está certo? Então cinco menos os dois, três. Então está aí o reajuste do preço. Se mais somado ou diminuído aqui ele pode ser positivo ou negativo, esse fator de ajuste de qualidade que é um valor nas mesmas unidades do P zero.

Aqui um x por metro cúbico e você vai para mais ou para menos em função do resultado da apuração daqueles índices de qualidade do índice geral que você determinou esse ajuste.

Bom, até aqui a gente falou no equilíbrio da concessionária. Nós estamos preocupados com o equilíbrio desta garantia de forma permanente para que a concessionária seja autossuficiente e possa ser compensada pelos serviços prestados aos usuários com base no padrão de custo e eficiência estabelecido pela reguladora. Não falamos no usuário que está do outro lado. É ele quem vai pagar esta conta.

Então o mecanismo através do qual você distribui essa carga tarifária para o usuário é chamada estrutura tarifária. Então a estrutura tarifária te diz de que maneiras são os critérios que você vai utilizar para distribuir essa carga tarifária para o usuário.

Então você tem no processo de revisão tarifária, a estrutura vai seguir as seguintes fases aqui. Primeiramente a ARSESP define as diretrizes que estão nesta nota técnica que a gente está apresentando, já foi divulgada, contém as diretrizes gerais para a elaboração desta estrutura. A ARSESP não vai dizer exatamente para a SABESP como vai fazer a estrutura. A SABESP é quem conhece o mercado dela, ela lida com o usuário dia a dia, ela sabe os problemas que ela tem a nível de balcão, etc. e sabe os seus custos, etc.

Então ela vai propor uma estrutura com base em diretrizes gerais definidas pela Agência Reguladora, está certo? Então ela elabora a estrutura e a ARSESP no final analisa, ajusta e valida a estrutura que a SABESP vai praticar condicionada àquele P zero aprovado na fase anterior.

Os princípios mais ou menos universais que devem atender à estrutura são um princípio geral de economia que é a questão de eficiência locativa. Segundo este princípio, as tarifas deverão refletir na medida do possível, os custos eficientes de cada

serviço. A ideia é que você tem que sinalizar para o usuário que aquele consumo dele está custando tanto.

Então é esse o custo em tese pelo critério puramente econômico que ele deveria pagar para que ele tome adequadamente as decisões sobre quanto consumir. Se você sinalizar em um valor muito baixo ele vai ter um nível de consumo excessivo, se você sinalizar em um valor muito alto ele vai ter um consumo retraído, está certo? E do ponto de vista econômico você deveria sinalizar o verdadeiro custo para o usuário. Isso é uma colocação um pouco teórica, mas que atende a estes princípios de alocação, de você utilizar bem os recursos que a sociedade dispõe para produzir vários bens para ela própria.

Agora você tem do outro lado uma questão de equidade. Nós estamos lidando com serviço essencial, serviço que tem uma externalidade muito forte na questão de saúde pública, de padrão de vida, etc. e que por isso precisa ser acessível a todos. A qualquer que seja o nível de renda das pessoas. Pobres, ricos, etc. todos precisam, está certo?

Então é uma questão de equidade que é conciliar a capacidade de pagamento dos usuários pelo menos aos níveis mínimos de consumo essencial. Eu não tenho interesse nenhum de fazer o usuário gastar de forma (ininteligível) os recursos hídricos disponíveis, etc. Pelo contrário, nós devemos coibir.

Mas aqueles níveis essenciais que são relevantes para o padrão de saúde pública tem uma externalidade grande, reduz em custos em outros setores da sociedade. Estes níveis, é importante que sejam garantidos o seu acesso para todas as pessoas.

Então, a estrutura tarifária é o mecanismo, é ela quem vai descobrir os mecanismos para que este acesso seja possível. E ela precisa de outro lado ser simples porque o usuário tem que compreender. Se você mandar para o usuário um sinal tarifário que ele não entenda você não fez nada, ele não pode tomar decisões mais racionais.

É importante que ele entenda exatamente o que ele está pagando. Essas coisas nem sempre estão caminhando no mesmo sentido, normalmente tem conflitos como já deu para perceber. O conflito principalmente entre essa eficiência locativa de cobrar o

verdadeiro custo e a equidade de conciliar isso com a capacidade de pagamento do usuário. Se você quiser cobrar o verdadeiro custo de todos você não vai ter acesso nos níveis suficientes para os padrões de saúde recomendados.

Então estes conflitos são resolvidos exatamente na medida de cada realidade pela estrutura tarifária. Você usa para isso a diferenciação das tarifas, por isso que vocês veem muitas vezes que a tarifa tem faixas de consumo. O consumo de água vai mudando de uso. Os primeiros metros cúbicos são os usos mais nobres, são essenciais e precisam ser privilegiadas.

Na medida em que você aumenta o consumo ele vai derivando para usos menos nobres e precisam ser desencorajados, desestimulados e o mecanismo para fazer isso é a tarifa, está certo? Então aí você precisa calibrar isso de uma forma que você não consiga provocar distorções, que você consiga atingir somente aqueles efeitos que você pretende.

Cobrar o custo de cada serviço também requer que você conheça, que você tenha um mecanismo de apuração do custo de cada serviço de cada localidade porque os custos mudam no espaço e mudam no tempo e mudam por serviço. Então eu preciso ter este mecanismo, está certo? Que hoje é um problema difícil.

Hoje em dia o sistema de distribuição desses custos não é confiável, então a gente precisa conhecer estes, por isso que as tarifas de esgoto nem sempre estão baseadas em custo de esgoto. E a tarifa de esgoto tem uma característica diferente da tarifa de água que quem é do setor conhece.

A tarifa de água quando chega na sua torneira o sistema está completamente pronto, todos os investimentos estão feitos e o custo deste serviço é o custo integral. O esgoto é o contrário, primeiro você pode fazer só a coleta, tira da porta do usuário, joga no córrego ao lado, o custo é baixo. Na medida em que você vai tratar, etc. e complementa todos os processos até uma disposição final, adequada e ambientalmente saudável, este custo é muito mais alto. É um custo que dependendo da qualidade, da complexidade do sistema pode ser mais alto.

E você por outro lado, tem dos usuários a disposição para pagar. Esta disposição a pagar por tratamento de esgoto que tem melhorado, ela depende muito de uma

consciência ambiental. No primeiro momento o usuário quer que tire o esgoto da porta dele, ele não está preocupado com a qualidade do rio. Hoje a gente já tem espaço para discutir isso porque a consciência ambiental está crescendo em função dos riscos que a contaminação do meio ambiente está provocando.

Então esta questão de cobrar o verdadeiro custo envolve todas as questões. A questão de conhecer o verdadeiro custo e depois a questão de você sensibilizar os usuários para a importância dele pagar este serviço.

As diretrizes desta estrutura tarifária que foi o custo desta nota técnica, em primeiro lugar que as tarifas representam o custo do serviço, eu já falei. A gente está propondo uma estrutura binária, a SABESP vai avaliar isso aí e é uma estrutura economicamente muito mais saudável, que é uma estrutura que elimina hoje o chamado o consumo mínimo compulsório.

Hoje a tarifa você consuma cinco, seis, sete ou oito metros cúbicos você paga 10. E cerca de 30 a 40% dos usuários residenciais pelo menos, estão nessa faixa de consumo abaixo de 10 metros cúbicos. Então eles terminam pagando o que na verdade eles não usam.

Tem a questão do consumo essencial, ou seja, precisa estar em uma faixa de consumo essencial, mas você tem a questão do indivíduo realmente o padrão de consumo dele, ele mora sozinho no apartamento e não precisa de 10 metros cúbicos. Então esta questão da estrutura binária corrige esta questão é uma estrutura que vai ter um componente inicial fixo independente do consumo pela chamada tarifa de demanda e uma tarifa de consumo.

A tarifa de consumo você pode calibrar em função dessa essencialidade do bem e essa tarifa de demanda é uma tarifa porque você independente do consumo do indivíduo você precisou construir um sistema e uma rede para chegar o serviço até a porta dele.

Essa questão é muito expressiva nas regiões, principalmente ela te dá flexibilidade de poder de tarifa para poder calibrar nas regiões de grande população flutuante. Você pega algumas áreas do litoral de São Paulo, a população multiplica por cinco no verão. Então o sistema tem que estar direcionado para este pico, ele precisa

atender a população quando todo mundo está lá. Durante a maior parte do ano está vazio e o sistema está ocioso lá. Então você consegue de alguma maneira capturar este custo para aqueles usuários de uso ocasional através deste mecanismo.

Categorias de usuários. Então a SABESP vai identificar as necessidades de, em princípio você tem uma categoria residencial e não residencial. Depois ela vai avaliar a necessidade de você criar as subcategorias porque esta não residencial é muito ampla. Você tem atividades lucrativas, comércio, indústria, tem atividades beneficentes, atividade pública, você tem uma série de coisas aí que talvez você precise dar tratamento específico.

Na questão de tarifa de consumo, o que a gente está propondo, a SABESP hoje tem um número excessivo de faixas de consumo em uma amplitude muito grande de diferenciação tarifária. A maior tarifa, acho que é mais de cinco vezes a menor, então de repente você tem outro extremo, você espanta o grande usuário que é aquele que pagão custo maior e gera o excedente para viabilizar o pequeno.

Então o que eu se está propondo aqui são três blocos. O primeiro bloco voltado para este objetivo de equidade e destinado à tarifa dos usos essenciais, aqueles usos nobres de saúde pública, o que eu estava falando. Então você tem três blocos com tarifas crescentes.

Você teria um bloco intermediário, um bloco de transição aqui que as tarifas estariam em um nível de custo de serviço e você teria um último bloco maior dos grandes consumos que você procuraria desestimular o consumo excessivo dessas coisas. Tendo sempre em mente o custo da fonte alternativa. Quer dizer, para este indivíduo não fugir do sistema.

Aqui você tem, no primeiro bloco uma preocupação de natureza sanitária, saúde pública e no último bloco você tem uma preocupação de natureza de preservação dos recursos hídricos destinados aos usos mais nobres. Então coibir o excesso dos recursos hídricos. Então para isso que se justifica um bloco de tarifa crescente, mas até um nível que você consiga acertar a racionalidade neste processo.

Você tem a questão da diferenciação regional das tarifas, aquilo que o Hugo colocou no início, os custos são diferentes em níveis regionais, então as tarifas precisam

de alguma maneira acompanhar isso, só que isso vai acontecer ao longo do tempo em função da herança que a gente tem de 30 anos do sistema atual que eram baseados em subsídios cruzados entre usuários, municípios, entre níveis de consumo e assim por diante.

Então essa caixa nós vamos desmontando ao longo do tempo, mas vamos já começar a avaliar o nível desses desequilíbrios regionais. Quer dizer, mesmo não conseguindo resolver agora, mas eu já posso avaliar quais são as regiões que tem possibilidade de chegar ao equilíbrio, em quanto tempo e assim por diante, e quais são aquelas que precisam de algum tipo de incentivo.

Transparência dos custos para os usuários. Hoje é importante na conta do serviço você ser transparente e o que a gente está propondo é que se informe para o usuário primeiro, o custo da prestação, a conta terá basicamente dois componentes. Um é o custo da prestação do serviço, aquilo que está no P zero, tudo aquilo que a gente incluiu no P zero, custo eficiente da prestação do serviço em cima daquela, e depois você tem aqueles custos que são transferência, que são ônus que vieram de impostos ou obrigações, etc. que não tem a ver com o custo do serviço, mas que são por questões legais ou contratuais são obrigados a serem repassados.

Por isso nós temos aqui o custo da prestação, os valores das transferências que em um primeiro momento vão admitir o PIS/COFINS e aqui estes outros valores serão analisados município a município.

Revisão extraordinária. Então, como eu falei são os mecanismos para você corrigir eventuais desequilíbrios contratuais ocorridos ao longo do ciclo tarifário. Então você tem aqui estas revisões, elas precisam, devem ocorrer durante o ciclo e elas precisam decorrer de fatores que estão fora da empresa, são coisas que não poderiam ser previstas, algum imprevisto que aconteceu que a empresa não tem o menor controle sobre isso. Não foi previsto na revisão tarifária e tem parte significativa no equilíbrio das concessões, está certo?

Então não é por qualquer razão que você vai solicitar uma revisão tarifária, não. Tem uma regra e ela só vai acontecer para casos de força maior que realmente abala ou compromete o equilíbrio da empresa e, portanto, a prestação do serviço.

Pode acontecer em certos casos que você, que estabeleça um mecanismo de disparo automático em função de alguns eventos que estão previsíveis. Aqui no caso de saneamento isso nem é muito comum, mas pode acontecer. Inflação de custo excessiva, você está usando para corrigir anualmente a sua tarifa o IPCA, pode ser que tenha algumas variações de custo que o próprio IPCA não capta.

No caso do gás a gente tem a variação do gás recebido de fora, a matéria prima. As empresas são apenas distribuidoras. Então esse preço é regido por leis internacionais, etc. que de repente dá uma explosão como aconteceu dois anos atrás e então inviabiliza a empresa. Então você precisa ter algum mecanismo de reequilíbrio com alguma agilidade para que isso não comprometa a qualidade do serviço.

Você pode ter uma questão também de uma redução significativa de demanda, por alguma razão caiu a demanda muito abaixo do previsto, houve sei lá, aí você vai ter algo fora do controle que pode ser que você precise rever aquela programação que você fez. Você fez uma programação e você precisa rever essa programação e isso seja razão para uma revisão extraordinária.

Você pode ter a questão de investimento extraordinário. Se os investimentos abalarem de forma significativa o equilíbrio da empresa, então você precisa rever isso e não dê para esperar o fim do ciclo tarifário para você estabelecer os mecanismos de compensação. Então pode ser que haja necessidade ao longo disso.

Para todos estes itens você vai estabelecer um limite a partir do qual se for uma variação excessiva, acima do limite estabelecido aí pode haver o disparo automático de um gatilho que corrija esse P zero.

Mudanças de normas ambientais. De repente a consciência ambiental está evoluindo, o setor público, etc. Você pode ter amanhã uma lei que altera de forma substancial os custos da empresa nas obrigações ambientais que ela deve arcar.

Essas revisões extraordinárias podem ser propostas pelo regulador, pela empresa ou poder concedente. O que elas têm é uma regra temporal. Como a gente disse, ela não pode, você não pode solicitar regra de, uma revisão tarifária no primeiro ano de ciclo tarifário, nos primeiros 12 meses. Você acabou de implantar o ciclo e não faz sentido você já prever alguma catástrofe. E também nos dois últimos anos, está certo?

Porque você em dois anos terá uma revisão, salvo, quer dizer, aí é a questão de qual é a relevância disso, qual o impacto disso. Mas, como regra nos dois últimos anos você não pode. Então você tem os dois anos intermediários, o segundo e terceiro ano para fazer uma reavaliação das suas condições, saber se aconteceu algum fato que justifique isso e providenciar esta revisão.

Abrangência da revisão. Então esse critério de revisão pode ser parcial, pode abordar somente os fatores que deram causa. Você tem um valor pontual que desequilibrou o contrato e então você vai lá rever exclusivamente esse ponto, reprograma, etc. discute. Ou pode ser uma revisão integral, tudo isso a critério da reguladora.

Pode ser que aquilo pague tanto os efeitos do planejamento que é necessário fazer um reequilíbrio geral de todo o setor. Além do mais, o regulador dependendo da gravidade do fato, da causa, ele pode decidir se finaliza o ciclo tarifário e começa outro naquele momento da revisão ou se ele só continua o ciclo. Eu vou fazer essa revisão somente para concluir o ciclo e ao final eu faço uma revisão ordinária como qualquer outra.

Finalmente para a gente ver, vamos apresentar aqui só a etapa seguinte dessa revisão tarifária. Os processos de revisão tarifária têm uma fase A, que é uma fase da definição da metodologia e coleta dos dados que é essa fase que nós estamos praticando agora e que está caminhando para o final que teve uma divulgação da metodologia e da nota técnica que foi em 16/01. Está tendo estas audiências de convocação de audiências para discutir esta metodologia e receber contribuições.

Foi feita uma em São José no dia 29 de fevereiro, estamos fazendo essa hoje e temos prevista uma em São Paulo no dia 12/03, semana que vem.

Os recebimentos das contribuições que devem ser enviadas por escrito para a reguladora vão até o prazo de 14/03. De 14/03 a 31/03 a ARSESP vai analisar essas contribuições, vai produzir um relatório delas e vai publicar a metodologia com a análise dessas contribuições. Publicar a metodologia que vai ser utilizada para a fase seguinte que é a fase do cálculo dessa revisão tarifária.

A fase B que é essa fase de aplicação dessa metodologia e divulgação dos resultados nós temos aqui. Ela vai até 30/08, então ela vem, a fase de 31/03 que é a divulgação da metodologia dia 13/06 nós vamos ter uma série de atividades aqui que é coletar os dados complementares da SABESP, os cálculos preliminares, as análises, os ajustes do cálculo final, a divulgação e convocação de audiência pública para o P zero, para apreciar o fator x, a estrutura tarifária e os valores tarifários apresentados.

Aí nós vamos fazer uma audiência pública final no dia 13/07 para analisar tudo isso já com os valores. Aqui não temos nenhum valor ainda a não ser o custo de capital. Então já temos os valores, as tabelas de tarifas que vão vigorar em cada região, em cada município, os P zero, fator x, qual o nível de eficiência anual que a gente vai perseguir.

E temos audiência no dia 30/03, depois se recebe as contribuições e a publicação dos resultados em 30/08. Juntamente com esta publicação sai o regulamento tarifário que o Hugo se referiu que consolida todas as normas, todas as regras estabelecidas para a questão tarifária nos próximos cinco anos da SABESP. E com o relatório das contribuições disso aí. Ok, obrigado, é isso aí.

(Aplausos.)

A SRA. CINTIA MORI – Bom, agradecemos então a participação do Amaury e convidamos agora o representante da SABESP, o Senhor José Silvio Xavier que dispõe de 30 minutos para sua apresentação.

O SR. JOSÉ SILVIO XAVIER – Boa tarde para todos. Primeiramente em nome da SABESP eu gostaria de parabenizar novamente a ARSESP e a agradecer pelo precioso evento. Agradecer ao Município de Lins, Câmara Municipal e Dr. Casadei. O senhor saiba que a SABESP tem um profundo respeito e carinho pelo senhor, por toda a sua trajetória, por toda relação que a SABESP tem tido com o senhor durante todos esses anos, e o fato de o senhor ter sido o primeiro a renovar com a SABESP simboliza

muito para gente, é de fato um sinal de reconhecimento por parte do senhor, então, muito obrigado.

Bem, tradicionalmente, nesse tipo de evento, o Órgão Regulador coloca a proposta e a concessionária, o regulado vai ponto a ponto questionando, combatendo, essa dinâmica é a dinâmica clássica que se estabeleceu.

Não é o caso aqui, a minha proposta é a de uma outra dinâmica, é de valorizar esse processo, porque como nós vamos ver nos interessa ter um órgão regulador sólido, estável, e esse processo é bastante importante para a SABESP.

Ficaram bastante exaustivo, eu li ponto à ponto, claro que SABESP fará contribuições pontuais, técnicas, nós estamos concluindo o documento, mas adianto que não será nada muito grande, porque o modelo que a ARSESP está propondo é de uma lógica intrínseca bastante forte. Tem debates aqui, debates ali, uma variável ou outra, mas de forma geral a SABESP vê com bons olhos esse modelo.

Então a minha opção para valorizar esse processo, para falar sobre a importância dele, eu preciso falar um pouquinho sobre a SABESP, a grandeza da SABESP. Claro que muitos dos senhores já sabem, mas sempre é bom lembrar, falar um pouquinho sobre a importância do setor, algumas expectativas para os próximos anos em termos de investimentos, para finalmente falar sobre a importância de um órgão regulador e sobre a importância desse processo.

Bem, SABESP, como muitos dos senhores sabem, o acionista majoritário é o Governo do Estado de São Paulo, portanto, mais de 50% da empresa pertence à Sociedade Paulista, mas nós temos quase 50% nas mãos de privados.

Bom, desses investidores privados nós temos já uma parcela maior de investidores estrangeiros, ela já supera os investidores nacionais. Dos investidores estrangeiros, você tem uma certa concentração em torno de 8% na mão de um fundo suíço, e essa relação é bastante interessante porque é uma relação saudável porque o investidor também cria contestabilidade para a SABESP.

Ele exige também da SABESP, isso faz com que ela se aprimore, assim como o processo regulatório faz. Esses investidores têm, ainda bem, uma visão de longo prazo,

não são investidores de caráter especulativo, eles querem a perpetuação da empresa. Conhecem profundamente a SABESP

E hoje, o que está na pauta da conversa com os investidores é exatamente esse processo tarifário, eles não querem saber de outra coisa, eles só querem saber disso, mesmo porque da SABESP eles já sabem tudo, o que há de incerto por ora é isso. Então, a gente tem tido contatos bastantes frequentes com todos esses investidores, e fundamentalmente a questão que se coloca é a questão tarifária, face a importância dela.

Não estão preocupados com a magnitude da tarifa que vai sair daí, se vai ou não ter aumento, a gente percebe que isso é uma questão secundária, vale sim a questão da estabilidade de regras.

SABESP opera em 363 municípios dos 645 do Estado de São Paulo e atende 60% da população no mercado de varejo. No mercado de atacado, que são os permissionários onde a SABESP vende água por atacado, são sete municípios com 3,6 milhões de clientes.

Esses sete vão virar seis, porque a SABESP já está em negociação pública com isso, com o município de Diadema onde hoje a gente vende água por atacado e a gente em parceria com a Prefeitura em uma sociedade de propósito específico, vamos começar atuar também no varejo. O que é saudável, porque a relação com esses municípios às vezes acaba sendo bastante delicada por questão de inadimplência, etc.

Bom, a maioria, boa parte não, mas uma parte expressiva já dos contratos de concessão inaugurado por Lins já estão renovados e muitos deles que ainda não estão já têm lei municipal aprovada. Nós queremos crer que esse ano a gente finalize esse ciclo de renovações de contratos.

Fundamentalmente, o mercado da SABESP tem uma predominância do mercado residencial, são residências, mais de 70% da receita da SABESP advém do mercado residencial, ela também tem entrado em outros tipos de segmento, ainda insipiente, por exemplo, água de reuso, tem um futuro promissor. A SABESP está com o maior projeto do mundo, o projeto chamado Projeto Aquapolo. O projeto Aquapolo é o projeto de fornecimento de água de reuso. Então, tem mercados novos a serem expandidos que caem aí no âmbito de produtos não regulares.

Dependendo do jeito que a gente vê a SABESP, ela é a maior do mundo em quantidade de clientes. Se a gente for pegar as maiores empresas de saneamento do mundo e vir as quantidades de clientes dentro do respectivo país delas, a SABESP é a primeira. Se a gente considerar todos os clientes dessas empresas, independente de onde eles estão se fora ou dentro do país, ela é a quinta maior empresa do mundo. Então tem uma posição aí bastante privilegiada, claro, que na América Latina é a primeira de longe.

Bom, essa questão da eficiência operacional que a ARSESP está bastante preocupada e com razão, é bastante interessante de você premiar a eficiência, ou punir a ineficiência, a SABESP já vem, claro, há anos trabalhando um pouco nessa questão.

Então, somente para citar dois exemplos, perdas a gente tem tido aí uma evolução bastante expressiva em perdas, mas perdas naquilo, se você se descuidou ela reverte, como em dado ponto da curva lá, a gente vê que houve uma reversão, e as metas também são bastante ambiciosas no plano de negócio no que concerne a perdas.

Na parte de mão de obra também, se a gente observar, em 1996 a SABESP operava com 398 ligações por empregado, agora em 2011 são 876 ligações por empregado, isso se deve não só as expansões do número de ligações que óbvio, elas cresceram, mas à radical redução também da quantidade de funcionários. A SABESP chegou a operar com 25 mil funcionários, hoje está com 14, 15 mil, então, tem uma redução aí bastante expressiva.

Na questão da eficiência do processo tarifário, apesar de ser algo fundamental e importante, e o Órgão Regulador deve cobrar isso da empresa, a SABESP não está começando hoje. Então, fica um pouco complicado a gente sair daqui pra frente para cobrar eficiência já que a gente tem uma trajetória que vem ocorrendo ao longo do tempo.

Em termos de investimentos, as metas da SABESP de atendimento são bastante ambiciosas, o objetivo é universalizar até 2019, 99% de água tratada, 90% de coletas de esgotos e 93% de esgoto tratado, daquele que for coletado 93% tratado.

Bom, se vão universalizar por que não são 100%? Porque 100% são teóricos, você tem muitas situações de áreas irregulares onde a SABESP não pode atuar, então, você nunca chega a 100%, mas isso aqui significa 100% em termos práticos.

Isso exige um investimento extremamente vultoso, a expectativa é que a SABESP tenha que investir para atender essas metas em torno de dois bilhões por ano, é o programa de investimento o da SABESP, ele é bastante ambicioso, o último que foi feito foi de 2009 à 2013 e foi e 8,6 bilhões de reais, a expectativa é de 2 bilhões por ano para poder atender todas essas metas, então, a questão tarifaria de fato assume uma questão bastante importante.

O setor gera muitas externalidades, o setor de saneamento, quando você olha pra ele, ele aparenta tímido, ele representa 0,6% do PIB, do total do pessoal ocupado na economia é em torno de 0,11%. Então parece pouco impactante, só que o setor de saneamento gera impactos muito grandes na economia, ele tem efeitos multiplicadores muito grandes, fundamentalmente na construção civil.

Então, o aumento de investimento no saneamento acaba se multiplicando de forma bastante grande na economia, mais do que muitos setores. A estimativa é de que com os investimentos que a SABESP fez nos últimos anos, 14 bilhões, isso tenha gerado 1,6 milhões de empregos indiretos. Então, é um setor bastante importante sob o ponto de vista macroeconômico, em termos de alavancar o desenvolvimento e crescimento.

E como já foi dito aqui também, na questão de saúde pública também é importante, esse gráfico fala por si. Se a gente pegar os municípios operados pela SABESP e vir à medida que o nível de atendimento vai se expandindo, a mortalidade cai praticamente de forma simétrica, naqueles itens que decorrem da ausência de saneamento. Então, tem impacto de saúde pública, em termos de redução de gastos com internações, em termos de redução de óbitos, extremamente importantes.

A SABESP é de uma grandeza que justifica um processo deste, o setor é de uma grandeza que justifica um processo, a solidificação de um processo deste que está sendo promovido pela ARSESP. O no que concerne a tarifa vigente, bom, primeiro, a gente sabe e longa data que a participação do dispêndio com saneamento, com água e esgoto na estrutura de gastos familiar é bastante baixa.

Então, se a gente pegar a penúltima pesquisa de orçamento familiar do IBGE, água e esgoto participa com 0,8% do total de gastos das famílias. Outras utilities, todas são mais do que saneamento. Então, telefonia fixa 2%, energia elétrica 2,12%, gás 0,9%.

Essa não é a última pesquisa de orçamento familiar, se a gente pegar a última, nós vemos que essa participação caiu mais ainda, outros itens acabam avançando mais do que a despesa de água e esgoto no dispêndio familiar. Internet já ultrapassou, celular já ultrapassou, então, apesar do benefício que o saneamento gera, ele impacta muito pouco na estrutura de despesas familiares.

São Paulo, a Capital de São Paulo, se a gente pegar uma trajetória de longo prazo, desde 2002 é a que menos teve aumentos reais tarifários. Em todas as outras capitais do país tem tido aumentos tarifários acima da inflação expressivos, e no caso da Capital de São Paulo não. Se a gente pegar a SABESP como um todo, em todos os produtos, já há anos que ela não tem nem tido um aumento tarifário compatível com a inflação, por quê?

Porque pela metodologia hoje adota que o Amaury citou, você nem a inflação consegue repassar. Principalmente nas situações em que você tem ganhos de produtividade.

Como nós vimos, a SABESP tem feito um excelente trabalho no campo de perdas, no campo de redução de funcionários, energia elétrica. Eu não trouxe nenhum dado da energia elétrica, mas é espantoso o trabalho que o pessoal tem feito em termos da produtividade da energia elétrica, e pela metodologia vigente isso é integralmente repassado para o cliente.

Não que não deva ser, os ganhos de produtividade da SABESP tem que ser compartilhados com a sociedade. A questão que se coloca é a velocidade e a intensidade que você faz esse repasse.

Entendo que a concessionária tenha que reter um pouquinho dessa produtividade por um tempinho um pouco maior do que tem retido hoje, e a proposta da ARSESP vem linha nesse sentido, quando o Amaury fala do fator x, o fator x é isso, ele tem o papel de

calibrar um pouco desse repasse de qualidade e de improdutividade, porque pode ocorrer o contrário.

Se a concessionária for improdutiva, o fator x também dá conta de falar, “opa, isso aí você não vai repassar não”. Então, o modelo que está sendo proposto é bastante interessante, não só na questão de produtividade como na questão de qualidade.

Então a modelagem proposta pela ARSESP está muito inteligente onde ela premia também a qualidade, se você tem metas de qualidade, supera o modelo premia, e se você não atingir essas metas o modelo pune, então, é bastante inteligente.

Como o Amaury disse, essa questão de qualidade está na direção certa, mas talvez, ainda não se saiba metodologicamente como tratar isso, então vai fazer parte do processo tarifário.

Em termos de tarifa mínima social, a SABESP é a terceira menor do país. Nós temos todos aqueles Estados que praticam uma tarifa mínima social superior à da SABESP e percebo que Estados com condições socioeconômicas bem mais frágeis que as do Estado de São Paulo.

E assim vai com a maioria delas, quando você pega residencial normal ela é a sexta menor, todas aquelas estão acima dela, só tem seis abaixo dela. No caso da comercial normal, é a menor, no caso da Industrial normal também é a menor, no caso de tarifa mínima. No caso da pública é a terceira menor, então, a gente quer crer que tenha aí espaço para melhorar um pouco essa situação.

Bem, temos uma empresa importante, temos um setor importante, então é desejo da SABESP e quero crer que a gente esteja trabalhando nisso para ajudar no fortalecimento da ARSESP. Nos interessa o fortalecimento da ARSESP, interessa à sociedade.

Do ponto de vista da SABESP, a SABESP é financiada por investidores de ações e por credores, onde ela pega empréstimos. Vamos dar uma olhadinha o que faz o órgão regulador tanto no mercado de ações como no mercado de crédito para vocês verem a importância do que nós estamos falando.

Isso aqui é um gráfico do valor das ações da SABESP relativamente ao valor das ações do mercado, aí IBOVESPA. Então, tudo o que a gente falar aqui, a SABESP se valorizando acima do mercado ou se desvalorizando abaixo do mercado.

Aí, plotei esse gráfico e coloquei alguns eventos regulatórios, algumas decisões que a ARSESP teve durante a sua trajetória ou parte de sua trajetória. Dos idos de 2009 a ARSESP soltou uma nota técnica e o objetivo desta está sendo divulgada agora, de propor uma nova metodologia tarifária que é aquela primeira linha vermelha.

Olha o que aconteceu com o mercado, se animou. Passou um tempo, a ARSESP deu a entender que esse processo não ia prosperar, o mercado despencou que é após a segunda linha pontilhada. Depois disso, todos os eventos promovidos pela ARSESP foram vistos de forma positiva pelo mercado. Primeiro foi a base de ativos de onde saiu uma deliberação que é um dos componentes daquela fórmula que o Amaury falou, subiu.

Depois saiu divulgação do custo médio da nota técnica do custo médio ponderado de capital, o cronograma desse processo e até finalmente o último evento lá que foi a divulgação dessa última nota técnica.

Veja como o mercado é sensível às questões regulatórias, ele está enxergando a ARSESP agora com consistência, sistematicamente estão sendo emitidas coisas que reputam importâncias. E qual a relevância disso?

Como falei, a SABESP é 50% da sociedade paulista, então, a SABESP é um ativo da sociedade paulista, nada melhor do que valorizar os ativos dessa sociedade paulista, é bastante importante isso.

E no mercado de crédito também. A SABESP quando vai emitir debêntures ou quando vai emitir um bonds no exterior tem que se submeter a uma Agência de Rating, Standard & Poor's, Moody, tem várias empresas de rating.

Essas empresas de rating dão notas para a SABESP, o rating é uma nota. Quanto maior a nota maior a qualidade que ela enxerga da empresa, quanto maior a qualidade que a agência de rating está falando que a empresa tem, mais barato sai o empréstimo. Então, é incrível ver a relação entre o rating e o custo do empréstimo. Então empresas

que tem um altíssimo rating tem o custo de empréstimo bastante baixo, aquelas que têm um rating ruim tem um custo alto.

Se você pegar a Agência Moodies que é uma das agências de rating, a mais antiga do mundo e ver o processo que ela usa para dar essa nota, 40% do peso dessa nota advém de questões relacionadas à questões regulatórias.

Então, a estabilidade do órgão regulador, a maturidade do órgão regulador, e vejam que essas agências, o foco principal delas na verdade é a última linha. A visão clássica da agência de rating são os indicadores de crédito, e ela dá igual peso, igual importância para a questão de crédito igualzinha para a questão regulatória.

Então, ou seja, o órgão regulador, e o processo tarifário estabelecido reduz o custo de empréstimo que a SABESP aí pegar no mercado. Como o Amaury disse, o custo de capital dos terceiros faz parte da tarifa, então ter um custo de capital de terceiros menor implica também em uma tarifa inferior para a sociedade, então, é altamente positivo.

A SABESP recentemente teve uma melhora desse rating e eu, particularmente, atribuo já à estabilidade e maturidade que ARSESP vem atingindo.

Fizemos uma emissão de debêntures agora em questão de 30 dias e já conseguimos um custo que reflete esse rating, conseguimos emitir IPCA e mais 6,2%, o que é isso? O Governo Federal hoje, que em tese, é um risco zero, é um risco soberano emite IPCA mais 5,5% e a SABESP já consegue emitir IPCA mais 6,2%. Há seis meses, o Governo Federal emitia a um custo igual ao que SABESP está conseguindo tomar hoje. Então no meu ponto de vista é reflexo de todo esse processo. A SBAESP tem mais do que motivos para apoiar no que couber esse processo que está sendo desenvolvido pela ARSESP

Os desafios não são poucos, você tem questões conflituosas a administrar, que ao mesmo tempo tem que ver a estabilidade, solidez financeira da SABESP, mas você tem o lado da demanda, e uma população pobre a atingir. Então não é um processo trivial não.

Você tem três coisas dentro da nota técnica, como foi visto na apresentação do Amaury. Você tem a fixação do P zero, você tem as regras de reajuste anual, fator x, inflação e qualidade, e você tem uma terceira que é a questão da estrutura tarifária.

A questão do P zero é tranquila, se a gente tiver um debate é questão de um parâmetro ou outro, bobagem, coisa epidérmica. Questão da forma de reajuste está muito bem concebida, o grande desafio de fato é a estrutura tarifária porque é aí que você meche com o que está estabelecido aí a 30, 40 anos.

Você tem uma estrutura de subsídios consolidada, no meu ponto de vista equivocada, modelo anacrônico, mas ele está aí, as pessoas acabaram se acostumando com ele. Então você romper esse processo não é algo trivial.

Assim como a ARSESP, a SABESP entende que isso é um processo, ninguém vai querer fazer movimentos abruptos, como a gente brinca, dar cavalo de pau, porque nós estamos tratando com uma mudança estrutural, mudanças conjunturais você faz do dia para a noite, mudanças estruturais você não faz do dia para a noite e se tentar fazer não vai conseguir.

Tem que ser paulatina, mas tem que ser sólido. Então, mais uma vez a SABESP apoia totalmente o processo da ARSESP, independentemente dos debates técnicos aí que vamos ter nessa consulta pública. Muito obrigado mais uma vez.

(Aplausos.)

A SRA. CINTIA MORI – Bom, nós agradecemos então o Senhor José Silvio e convidamos nesse momento os Diretores e o Prefeito para voltarem à mesa para as considerações finais.

A SRA. PRESIDENTE FERNANDA MEIRELLES FERREIRA – Como nós ainda estamos dentro do prazo previsto para o término da audiência, apesar de ninguém

ter se inscrito ao longo das apresentações, mas eu gostaria de novamente abrir a oportunidade para caso alguém queira se manifestar.

A SR. ANTÔNIO RODRIGUES – Boa tarde, meu nome é Antônio, sou da Superintendência de Lins. Eu acho que o Silvio falou da SABESP e eu acho que é importante falar aqui da Região rapidamente.

Nós atuamos em 82 municípios, 42 distritos. Todos os municípios com tratamento de esgoto universalizado em 2010. Temos 3400 ligações de esgoto, isso dá 1,3% que é o que é possível ligar ainda que são lotes vagos, prédios em construção, mas o restante está ligado 96.4% dos esgotos, somando mais 1.3 dá 97.7% e o restante 2.3 são imóveis que soleiras negativas, imóveis que estão na beira de loteamentos, beira de rios, que não tem o que ligar mesmo.

Então a questão da coleta e tratamento está universalizada aqui na Região desde 2010. A perda de faturamento nosso está oscilando entre oito e 9%, e as perdas totais de água aqui na região estão em 95 litros por ramal/dia, e isso dá 18% de perda total.

Se a gente considerar que a hidrometria perde de 8% a 9%, nós estamos perdendo apenas 9% da água produzida, perda física. Nós não temos ainda os hidrômetros como os japoneses, eles perdem 5%, talvez se tivéssemos esse hidrômetro nossa perda estaria em 7%, muito próximo deles com baixo investimento e com pouco dinheiro também.

Nós temos ainda muita rede de fibra e cimento aqui na região que causa muito vazamento, o índice de vazamento tem sido 3,3% por cada mil ligações e o ideal é chegar a 2%, já foi 4%, já foi 5%, e pode chegar a 10%, pode chegar a 15%, mas nós estamos em 3.3 e estamos lutando para chegar em 2.

Vazamento de esgotos, estamos com 1.9% e estamos lutando para chegar em 1% para cada morador por ligações, é um trabalho difícil que depende muito de pesquisa e de muito trabalho preventivo de esgotos.

A aceitação aqui nas pesquisas que têm sido realizadas, ano passado foram 91%, esse ano nós já temos a informação de que está em torno de 89% de aceitação dos

nossos clientes com relação ao serviço da SABESP. Já renovamos dos 82 municípios, faltam apenas quatro municípios, Ibirá está em processo de votação na Câmara Municipal, Embaúba em negociação, Cândido Rodrigues provavelmente não consiga rodar esse ano porque depende de uma questão financeira. O outro município, Ibirá eu falei, Cândido, Embaúba, são esses três municípios, os outros estão com meios autorizativos ou já com contratos assinados.

Só faltam três municípios, a gente espera com a ajuda de Deus fechar esses dois e ficará só um para 2013 dos 82 municípios. Temos procurado novos municípios, mas depende muito desse ano aí e do ano que vem, já temos contato com cinco ou seis municípios da região, fomos procurados por alguns, mas depende do ano que vem.

Com relação à exposição do Amaury, eu queria fazer um comentário bem rápido. Eu acho que a questão do ativo é uma questão que a gente tem discutir muito, acho que isso já foi palestra do Silvio em São Paulo, junto com o Dr. Luis Paulo, que a gente tem que considerar a vida útil, nós temos reformatórios com 70 ou 80 anos de vida e não podemos considerar a vida contábil, senão, vamos pagar por esses investimentos e as futuras gerações não vão pagar nada.

É uma questão que a gente precisava discutir, inclusive coloquei em uma contribuição minha que eu já fiz sobre a questão da energia e do material do tratamento que têm sido tratáveis como custos estáveis, a energia depende de perdas, se não combater perdas a energia é mais alta. O material de tratamento idem, eu não sei se essa questão tem que ser tratada como estável porque se você não combate perdas, você aumenta sinistros e também tem problema de aumento de custo, isso é muito delicado.

A questão do esgoto também depende muito do desnível geométrico de cada localidade, de cada topografia. Hoje mesmo eu estive em Ouroeste discutindo com o Prefeito a localização do CDHU onde ele quer fazer depende de elevatória, onde nós podemos fazer não depende de elevatória, são questões essas que precisam ser analisadas.

Ele disse em um determinado momento, não é crítica, mas ele fala que o esgoto pode ser coletado e depois ser tratado, hoje já não pode mais, hoje o esgoto começa pelo tratamento, nós não podemos mais coletar, já foi a época em que podíamos fazer isso,

hoje não fazemos mais, hoje o sistema de esgoto começa pelo tratamento, pelo licenciamento e depois pela coleta.

Pedir também, nós vamos pensar muito na questão do subsídio cruzado, inclusive, hoje um barbeiro ou dono do boteco paga o mesmo que paga o dono de um grande imóvel, o mesmo valor de metro cúbico que paga um barbeiro, que vive, daquela renda para subsidiar a família dele, às vezes até para sobreviver, um carrinheiro, por exemplo, eu posso falar isso porque meu pai foi carrinheiro. Então, o carrinheiro que tem uma égua que ganha um dinheiro para manter sua vida paga pelo mesmo valor de metro cúbico que paga o sujeito mais rico, o grande estabelecimento comercial, a gente precisaria estudar isso aí.

Bom, eu acho que são essas observações, e também pensar o seguinte, hoje, a tarifa da SABESP, o ativo é muito alto. Muito alto, não. A composição da tarifa depende muito do ativo e muitas vezes nós temos municípios não operados, não são regulados ou se são regulados são pelo sistema meio frágil, e nós temos às vezes municípios do lado de onde a gente opera cobrando tarifas muito baixas sem regulação, e nós SABESP, prestando um bom serviço, regulados e cobrando uma tarifa mais alta assim do lado, coisa de oito ou nove quilômetros, e nós temos sofrido muito com isso, pois esses municípios subsidiam, às vezes o serviço não passa por um padrão de qualidade, não tem uma supervisão, não ter uma fiscalização.

Eu conheço um município que privatizou, eles criaram uma agência reguladora, o agente regulador deles se limita a procurar vazamentos na rua, olhar se tem vazamentos ou não, olha a diferença da ARSESP. Esse é um sofrimento que a gente tem e a gente não sabe como vai sair disso porque se tiver uma reestruturação tarifária e os municípios operados pela SABESP forem aumentar a tarifa e esses municípios continuarem cobrando os valores que eles cobram subsidiando os serviços, e a população não sabe disso, eu não sei como nós vamos nos virar com relação a isso porque nós atuamos com populações extremamente pobres.

Nós implantamos esgoto em Prudêncio de Moraes, em uma comunidade extremamente pobre, atuamos em cidades extremamente pobres. Quem conhece o Dr. Vanzo que foi um dos técnicos da SABESP, eles viram que a gente faz saneamento para pobre, é uma questão que a gente precisa analisar.

Nós estamos fazendo saneamento para gente muito pobre e precisamos pensar na reestruturação tarifária, como fazer, como discutir e considerar inclusive os sistemas.

Eu agradeço vocês, agradeço o espaço, eu queria agradecer o Prefeito que é um idealista do saneamento, a gente sempre tem discutido saneamento e a gente aprende muito com ele. Queria agradecer a todos vocês, eram essas as minhas observações, eu tinha feito algumas outras que eu já fiz pela nota técnica quando veio. Muito obrigado.

(Aplausos)

A SRA. FERNANDA MEIRELLES FERREIRA – Obrigada. Mais alguém? Lógico!

O SR. ADRIANO SANTIAGO DE ARAÚJO – Eu trouxe aqui um comprovante da SABSP e eu me dirijo também ao Diretor da SABESP que falou da pessoa que tem um boteco e que paga a mesma tarifa simplesmente porque ele tem lá na empresa dele um CNPJ. Então, o que modifica a Pessoa Física e Pessoa Jurídica é um número, não importa às vezes a demanda que você tenha naquilo que você está realizando um trabalho.

Então eu quero me dirigir aqui aos senhores, eu sou Presidente de uma associação considerada filantrópica, declarada de Utilidade Pública pela Câmara Municipal, que é um trabalho pequeno, cabe menos de 50 pessoas.

O nosso trabalho é de duas vezes por semana, mas tem um CNPJ e então paga-se como Pessoa Jurídica, talvez eu não consiga ler o último dado aqui, mas o consumo do mês passado, o consumo da instituição que eu presido, o Instituto Linense de Divulgação Espírita, o consumo foi zero, os demais consumos dos seis meses foram dois metros cúbicos, três metros cúbicos, um metro cúbico e o custo que eu acabei de pagar, a senhora poderia ler para mim, por gentileza? Cinquenta e quatro reais e vinte e quatro.

Então, quando eu vi essa notícia eu falei, eu vou lá levar isso porque eu analisei aqui um trabalho eminentemente técnico, não é isso? De uma organização Reguladora, meu amigo Casadei foi Presidente do DAEE e outras pessoas que nós já conversamos sobre isso, mas eu queria trazer isso para mostrar para os Senhores essa diferença da instituição. Eu acredito que como essa Instituição, uma dezena, uma centena de outras possam existir, então, o porquê dessa diferença tão grande, que me parece que o custo mínimo residencial, uni familiar, parece que é menos da metade. Era essa a colocação que eu queria fazer para que seja motivo de estudos e sei lá, quem pode ver isso.

Eu diria o seguinte, tentando falar sobre isso por carta feita, me disseram que precisava de uma instituição desse naipe, precisava ter Utilidade Pública Municipal, Unidade Pública Estadual, Unidade Pública Federal, para que pudesse haver uma redução.

Aí nós nos deparamos com uma coisa interessante, nós estamos aqui desde as 14 horas e a gente analisa que a burocracia em todos os nossos segmentos machuca qualquer organização. E como faria uma organização como essa que eu presido, que amanhã ou depois pode não existir mais, para quê Utilidade Pública Estadual, Federal. Me colocaram isso, que para redução eu precisava disso, eu queria complementar com a seguinte pergunta: Será, que o Diretor da SABESP da minha cidade, o Superintendente Regional, o meu Prefeito, o meu Presidente de Câmara, as autoridades judiciárias não poderiam ser pessoas que fossem lá e atestassem? Realmente está aqui, além da própria prova da SABESP que o consumo é zero.

Tudo bem que se pague uma determinada tarifa como disseram os mestres, pelo consumo estimado, tenha ou não gasto porque você instalou um serviço, não esquecendo que no serviço instalado quem pagou o hidrômetro foi a empresa.

A SRA. FERNANDA MEIRELLES FERREIRA – Só para fins de Registro da Gravação, o Senhor poderia passar o seu nome?

O SR. ADRIANO SANTIAGO DE ARAÚJO – Adriano Santiago de Araújo, Presidente do Instituto Linense de Divulgação Espírita Eurípedes Barsanulfo.

A SRA. FERNANDA MEIRELLES FERREIRA – Obrigada. Mais alguém? Prefeito, o senhor gostaria falar? Podemos encerrar então? Hugo? Não? Eu agradeço novamente, imensamente a presença de todos os senhores, tudo o que foi falado aqui, a gente não só está registrando por gravação como também estamos tomando notas, vamos levar em consideração. Você quer mais uma? A SABESP entrará em contato com o senhor para conversar. Ótimo!

Eu gostaria de pedir para que aqueles que não assinaram a lista de presença, eu não sei onde ela está, aqueles que não assinaram a lista de presença por favor, registrem, é bastante importante para o registro da nossa Audiência Pública.

Eu queria agradecer o Município de Lins, o Prefeito por prestigiar a nossa Audiência Pública, a Valquíria Barbosa, Nelson Monteiro. Faço um agradecimento também à própria equipe da ARSESP por organizar esse evento, à Cintia, à Rose e à Sílvia.

Boa tarde a todos, vocês têm o compromisso da ARSESP de fazer um trabalho e sempre que possível vir aqui e mostrar o que a gente está fazendo e colher contribuições de todos os senhores que com certeza são muito valiosas. Muito Obrigada, Boa tarde!

(Aplausos.)